



**CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.**  
COMPANHIA ABERTA  
CNPJ nº. 83.878.892/0001-55  
NIRE 42300011274

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 30/04/2014**

**ÍNDICE DA PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO**

**I – PROPOSTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA NO DIA 30.04.2014 (página 2);**

**II – DESTINAÇÃO DO LUCRO OU PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO NOS MOLDES DO ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM nº 481/2009 (página 3 a 8);**

**III – COMENTÁRIO DOS DIRETORES NOS TERMOS DO ITEM 10 DO ANEXO 24 DA INSTRUÇÃO CVM 480/2009 (páginas 9 a 53);**

**IV – ORÇAMENTO DE CAPITAL (pagina 54)**

**V – DADOS DOS CONSELHEIROS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL, INDICADOS À ELEIÇÃO, CONFORME OS ITENS 12.6 A 12.10 DO ANEXO 24 DA INSTRUÇÃO CVM 480/2009 (páginas 55 a 76);**

**VI – INFORMAÇÕES ACERCA DA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, CONFORME O ITEM 13 DO ANEXO 24 DA INSTRUÇÃO CVM 480/2009 (páginas 77 a 86).**



**CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.**  
COMPANHIA ABERTA  
CNPJ nº. 83.878.892/0001-55  
NIRE 42300011274

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 30/04/2014**

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO**

**INSTRUÇÃO CVM Nº. 481 de 17 de Dezembro de 2009**

Comunicamos aos Senhores Acionistas e ao mercado em geral que será submetido à apreciação de seus Acionistas, na Assembleia Geral Ordinária da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A., que realizar-se-á em 30 de abril de 2014, às 10 horas, na sede social da Empresa, na Avenida Itamarati, 160, no bairro Itacorubi, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, a Proposta da Administração nos seguintes termos:

**1. Tomada de Contas dos Administradores, apreciação e aprovação do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras da Companhia, do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.**

As Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração da Celesc S.A foram aprovados pela Diretoria Executiva da Companhia e auditados pela KPMG Auditores Independentes - previamente à manifestação favorável do Conselho de Administração, na reunião realizada em 27 de março de 2014, tendo sido, portanto, considerados em condições de serem submetidos à deliberação da Assembléia.

As Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração do exercício de 2013, na forma prevista nos incisos II e I do Art. 9º, da Instrução CVM nº 481, 17 de dezembro de 2009, encontram-se à disposição dos Acionistas na sede da Companhia e no seu website ([www.celesc.com.br/ri](http://www.celesc.com.br/ri)), bem como no website da Comissão de Valores Mobiliários – CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)).

**2. Destinação do Lucro ou Prejuízo Líquido do Exercício.**

**Destinação do Lucro Líquido do Exercício**, no montante de R\$198,8 milhões, sendo que R\$9,9 milhões serão destinados a constituição da Reserva Legal; e **Dividendos Propostos**: a) ratificação dos juros sobre capital próprio já aprovado pela reunião do Conselho de Administração de 12.12.2013, no valor de R\$49,2 milhões com a distribuição de R\$1,20400470 por ação ordinária e R\$1,32440517 por ação preferencial, aos acionistas detentores de participação acionária em 30 de dezembro de 2013; e b) dividendos complementares no valor de R\$7,4 milhões, com a distribuição de R\$0,18260744 por ação ordinária e R\$0,20086818 por ação preferencial, aos acionistas detentores de participação acionária em 30 de abril de 2014.

**3. Comentário dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia.**

**4. Eleição dos integrantes dos Conselhos de Administração e Fiscal e fixação das respectivas remunerações.**

**5. Fixação do montante global da remuneração dos integrantes da Diretoria Executiva.**

**José Carlos Oneda**  
Diretor de Finanças e Relações com Investidores



**INSTRUÇÃO CVM Nº. 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009**

**DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO – ANEXO 9-I-II**

1. Informar o lucro ou prejuízo líquido do exercício:

<b>LUCRO LÍQUIDO</b>
Exercício 2013
<b>R\$ 198.874.415,09</b>

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

EXERCÍCIO SOCIAL	TIPO	Classe	Valor do Provento por Ação	Total por Tipo de Provento	Valor Total Distribuído
2013	DIV	ON	0,18260744	R\$ 7.464.268,30	<b>R\$ 56.679.208,30</b>
		PN	0,20086818		
	JCP	ON	1,20400470	R\$ 49.214.940,00	
		PN	1,32440517		

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído:

A proposta para ser apreciada na Assembléia Geral Ordinária contempla a distribuição de 30% do Lucro Líquido Ajustado.

<b>Destinação do Lucro Líquido do Exercício e Constituição de Reservas</b>	
<b>(valores em R\$ mil)</b>	
<b>Exercício Social 2013</b>	
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>198.874</b>
Reserva Legal (5%)	(9.944)
<b>Lucro Líquido Ajustado (base de cálculo para destinação de dividendos)</b>	<b>188.930</b>
Dividendos Propostos (PAY OUT 30%)	56.679
JCP aprovado RCA 12.12.2013	(49.215)
Dividendos Complementar	7.464
<b>Constituição de Reservas de Lucros</b>	<b>132.251</b>

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não houve dividendo distribuído com base em lucro de exercícios anteriores.



**5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:**

- a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.

EXERCÍCIO SOCIAL	TIPO	Classe	Valor do Provento por Ação	Total por Tipo de Provento	Valor Total Distribuído
2013	DIV	ON	0,18260744	R\$ 7.464.268,30	<b>R\$ 7.464.268,30</b>
		PN	0,20086818		

- b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio.

O dividendo será pago, salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral, no prazo de 60 (sessenta) dias da data em que for declarado. Os acionistas terão seus pagamentos disponibilizados de acordo com o domicílio bancário fornecido ao Banco Itaú S.A. – Instituição depositária de ações, a partir da data de início da distribuição destes direitos. Os detentores de Ações depositadas em Custódias Fungíveis das Bolsas de Valores receberão o pagamento através do órgão custodiante.

- c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.

Não há incidência de atualização e juros sobre os proventos declarados.

- d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.

Os dividendos propostos relativos ao exercício de 2013 perfazem o montante de R\$56,6, milhões com: a) ratificação dos juros sobre capital próprio já aprovado pela reunião do Conselho de Administração de 12.12.2013, no valor de R\$49,2 milhões com a distribuição de R\$1,20400470 por ação ordinária e R\$1,32440517 por ação preferencial, aos acionistas detentores de participação acionária em 30 de dezembro de 2013; e b) distribuição de dividendos complementares no valor R\$7,4 milhões, com a distribuição de R\$0,18260744 por ação ordinária e R\$0,20086818 por ação preferencial, aos acionistas detentores de participação acionária em 30 de abril de 2014, que deverá ser pago em junho de 2014, salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral Ordinária.

**Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.**

- e. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados.

Não houve dividendos intercalares.

- f. Informar a data dos respectivos pagamentos.

Não aplicável

**6. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:**

- a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores.



EXERCÍCIO SOCIAL	Lucro Líquido Ajustado (R\$ mil)	Lucro Líquido Ajustado por Ação	
		ON	R\$
2013	188.931	ON	R\$ 4,8982
		PN	R\$ 4,8982
2012	NÃO HOUVE DISTRIBUIÇÃO APURADO PREJUÍZO NO EXERCÍCIO		
2011	307.693	ON	R\$ 7,9772
		PNA	R\$ 7,9772
		PNB	R\$ 7,9772
2010	259.841	ON	R\$ 6,7366
		PNA	R\$ 6,7366
		PNB	R\$ 6,7366

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores.

EXERCÍCIO SOCIAL	TIPO	Valor do Provento por Ação (R\$)		Total Distribuído por Tipo de Provento	TOTAL DISTRIBUÍDO RELATIVO AO EXERCÍCIO
2012	DIV	ON	<b>NÃO HOUVE DISTRIBUIÇÃO APURADO PREJUÍZO NO EXERCÍCIO</b>		
		PN			
	JCP	ON			
		PN			
2011	DIV	ON	0,23992078	R\$ 9.807.010,66	<b>R\$ 92.307.670,66</b>
		PN	0,26391286		
	JCP	ON	0,60549408	R\$ 24.750.198,00	
		PN	0,66604349		
	JCP	ON	1,41281952	R\$ 57.750.462,00	
		PN	1,55410147		
2010	DIV	ON	-	R\$ 0,00	<b>R\$ 77.938.000,00</b>
		PN	-		
	JCP	ON	1,90669172	R\$ 77.938.000,00	
		PN	2,09736089		

7. Havendo destinação de lucros à reserva legal.

a. Identificar o montante destinado à reserva legal.

A Reserva Legal é constituída aplicando 5% do Lucro Líquido, cujo valor é de R\$9.444 mil.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal.

<b>Forma de Cálculo da Reserva Legal (valores em R\$ mil)</b>	
<b>Exercício Social 2013</b>	
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>198.874</b>
Reserva Legal (5%)	(9.944)
<b>Lucro Líquido Ajustado (base de cálculo para destinação de dividendos)</b>	<b>188.930</b>

8. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos.



Não aplicável. A Companhia não estabelece dividendos fixos ou mínimos para as ações preferenciais.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos.

Não aplicável.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa.

Não aplicável.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais.

Não aplicável.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe.

Não aplicável.

#### **9. Em relação ao dividendo obrigatório.**

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto.

Apurado o resultado do exercício, serão destinados 5% do Lucro para Reserva Legal, do saldo remanescente, o lucro líquido ajustado do exercício, serão destinados 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento de dividendos obrigatórios aos acionistas.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente.

O dividendo obrigatório está sendo pago integralmente.

c. Informar o montante eventualmente retido.

Não houve retenção de dividendo obrigatório.

#### **10. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia.**

a. Informar o montante da retenção.

Não houve retenção de dividendo obrigatório decorrente da situação financeira da Companhia.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos.

Não aplicável.

c. Justificar a retenção dos dividendos.

Não aplicável.

#### **11. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências.**

a. Identificar o montante destinado à reserva.

Não houve destinação do resultado para reservas de contingência.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa.

Não aplicável.

c. Explicar porque a perda foi considerada provável.



Não aplicável.

d. Justificar a constituição da reserva.

Não aplicável.

**12. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.**

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar.

Não houve destinação do resultado para reservas de lucros a realizar.

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável.

**13. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias.**

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Não há destinação do resultado para reservas estatutárias.

b. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

c. Descrever como o montante foi calculado

Não aplicável.

**14. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital.**

a. Identificar o montante da retenção.

O montante destinado à constituição de Reserva de Retenção de Lucros é R\$132.251 mil.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital.

Em conformidade com a Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, abaixo se encontra demonstrada a proposta de orçamento de capital para o ano de 2014, da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A, tendo sua origem de recursos vinculada a financiamentos, geração de caixa e retenção de lucros, conforme artigo 196 da Lei 6.404/76.

	<i>R\$ Mil</i>	
<b>DENOMINAÇÃO</b>	<b>2014P</b>	<b>% / TOTAL</b>
<b>DESTINAÇÃO TOTAL</b>	<b>294.736</b>	<b>100%</b>
DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	172.500	59%
GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	44.961	15%
TELECOMUNICAÇÃO DISTRIBUIÇÃO	5.290	2%
COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	33.400	11%
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	25.310	9%
EDIFICAÇÕES, MOBILIÁRIOS E EQPTOS	3.253	1%
VEÍCULOS	5.353	2%
OUTROS	4.670	2%

<b>DENOMINAÇÃO</b>	<b>2014P</b>	<b>% / TOTAL</b>
<b>ORIGEM TOTAL</b>	<b>294.736</b>	<b>100%</b>
RECURSOS DE TERCEIROS (EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS)	42.933	15%
RECURSOS PRÓPRIOS (RETENÇÃO DE LUCROS E GERAÇÃO DE CAIXA)	251.803	85%



**15. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.**

a. Informar o montante destinado à reserva.

Não há destinação do resultado para a reserva de incentivos fiscais.

b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável.





## **COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA**

INSTRUÇÃO CVM Nº. 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009 E INSTRUÇÃO CVM Nº. 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009  
FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – ITEM 10 DO ANEXO 24

A Economia Mundial cresceu 2,40% em 2013 conforme relatório do Banco Mundial, crescimento abaixo do previsto. Podem-se atribuir o baixo crescimento da Economia Mundial ao fraco desempenho da Economia Americana e a recessão na Zona do Euro. Em 2012 os estímulos concedidos à Economia Americana pelo seu Banco Central resultaram em efeitos positivos sobre a economia mundial, já em 2013 foram revertidos alterando a trajetória dos fluxos de capitais provocando efeitos negativos sobre a estrutura de juros e câmbio das principais economias emergentes.

A economia brasileira foi profundamente inserida nesse contexto, os influxos de capitais têm provocado constantes déficits externos, alterando a trajetória do câmbio e depreciando a moeda nacional. Soma-se, também, que o baixo crescimento da economia mundial associado ao baixo dinamismo da economia brasileira tem repercutido negativamente nas relações de trocas com sucessivas reduções nos preços das principais *commodities* brasileiras.

Na conjuntura interna, o fim dos estímulos à demanda doméstica e o estrangulamento da economia, resultado do baixo nível de investimentos dos últimos anos, têm impactado negativamente na composição de custos dos agentes econômicos provocando surtos inflacionários. Para conter a pressão sobre a demanda, o Banco Central tem utilizado o mecanismo de elevação da taxa de juros refletindo negativamente sobre a atividade econômica.

Diante deste cenário da moeda nacional desvalorizada, deterioração das relações de troca, pressão inflacionária e juros altos, a economia brasileira apresentou um crescimento do PIB de 2,30% em 2013.

Por sua vez, o PIB catarinense apresentou em 2013 elevação de 4,10%, conforme Índice de Atividade Econômica Regional de Santa Catarina (IBCR-SC), superior à média de crescimento da economia nacional de 2,52%, este indicador (IBC-Br) é considerado uma prévia do PIB e levantado pelo Banco Central do Brasil. Neste contexto destacam-se: crescimento de 3,60% da produção agropecuária resultado das boas condições climáticas, produção industrial sinalizou expansão de 2,10% impulsionada pela construção civil e dos serviços industriais de utilidade pública e por fim, o faturamento do setor de serviços que cresceu 11,50% com influência da inflação, intensificado principalmente pelo comércio. Os segmentos de melhor desempenho foram metalurgia básica (18,60%), vestuário (14,70%), celulose (7,30%) e os segmentos de pior desempenho foram o têxtil (-9,70%), máquinas e equipamentos (-6,60%) e materiais elétricos (-4,80%).

A Balança Comercial Catarinense registrou *déficit* de U\$6 bilhões no ano de 2013, sendo que as exportações retraíram 2,60% e as importações expandiram em 1,57% no comparativo entre 2013 e 2012. Esse desempenho é reflexo direto da perda de dinamismo da economia Brasileira e também das deficiências da estrutura do Comércio Exterior.



No segmento de energia, devido à estiagem ocorrida em 2012 e a consequente redução dos níveis de reservatório em 2013 provocaram a deliberação por parte do Operador Nacional de Energia Elétrica – ONS da utilização das Termoelétricas. O uso maciço de energia de fonte térmica incidiu negativamente no custo (custo de energia comprada) das distribuidoras de energia elétrica, ocasionando profunda queda no lucro líquido. A Celesc Distribuição, a exemplo das outras distribuidoras do setor elétrico, teve que se adequar as novas regras principalmente na administração do caixa da empresa.

Buscando adequar-se a uma nova política de custos, a Empresa realizou um Plano de Demissão Voluntária – PDV, o qual permitiu que em 2013 ocorresse uma redução de 5,6% dos gastos com Pessoal. Apontamentos visando à contenção de gastos de Materiais, Serviços e Outros (MSO) e novos mecanismos de controle estão sendo aperfeiçoados.

#### 10.1 – Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Centrais Elétricas de Santa Catarina atua de forma estratégica, aperfeiçoando sua estrutura financeira e patrimonial, executando a política energética, o que produz retornos satisfatórios aos investidores e auxilia a promoção do desenvolvimento econômico da sociedade catarinense.

A Companhia apresentou em 2013 um resultado positivo de R\$198,8 milhões, demonstrando plenas condições financeiras e patrimoniais tanto para cumprir suas obrigações de curto e longo prazo, como também dar cumprimento aos objetivos e investimentos estratégicos. A Receita Operacional Líquida (ROL) encerrou 2013 em R\$4,8 bilhões, 10,36% superior ao valor de 2012 que foi de R\$4,4 bilhões. O crescimento da ROL se deve à venda de energia no mercado de Curto Prazo, vinculado ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), realizado pela Celesc Geração e pela Celesc Distribuição, pela Subvenção CDE e pela redução dos encargos setoriais (extinção da RGR, CCC e redução da CDE). O EBITDA foi de R\$353,2 milhões, 202% superior ao resultado atingido em 2012 que foi de R\$350 milhões negativo. O EBITDA positivo foi provocado pelo recebimento da Conta de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVA. Portanto, em 2013 a empresa teve um lucro de R\$198,8 milhões, resultado 176,9% superior ao ano de 2012, onde obteve um prejuízo de R\$258,3 milhões. O Lucro Líquido ocorreu por causa do aumento da ROL.

Na Celesc Distribuição, em 2013, a Receita Operacional Líquida atingiu R\$4,78 bilhões de realização, um crescimento de 9,9% em comparação ao ano anterior. Já as Despesas Operacionais atingiram R\$1,4 bilhão de realização, um acréscimo de 7,7%. O Custo com Energia Elétrica sofreu um acréscimo de 21,0%, totalizando R\$3,7 bilhões, o que representa 79,2% da ROL da Celesc Distribuição. O Resultado do Serviço foi de R\$132 milhões, um aumento de 133,0% em relação ao ano anterior. Em junho/13 foi contabilizado o crédito de R\$569,5 milhões referentes à CVA do período maio/12 a abril/13, melhorando o Resultado da Atividade e recuperando despesas com energia que não estavam cobertas pela tarifa cobrada ao consumidor. O EBITDA encerrou em R\$289,3 milhões positivos, frente à R\$248,6 milhões negativos do ano anterior.



Com isso, a empresa encerrou o ano de 2013 com um lucro de R\$149,2 milhões, frente a um prejuízo de R\$135,6 milhões do ano anterior.

Já na Celesc Geração, a Receita Operacional Líquida alcançou R\$94 milhões de realização, um acréscimo de 37,3% em relação ao ano anterior. As Despesas Operacionais somaram R\$ 71,5 milhões, uma redução de 58,2%. Por sua vez, o EBITDA encerrou em R\$73,5 milhões, com margem de 78%. Com isso, a Celesc G encerrou com lucro de R\$17,2 milhões, representando um valor superior em 124% ao lucro do ano anterior. O lucro se deve ao aumento da Receita Operacional Bruta em 32,7% e também à redução nas Despesas Operacionais em 58,1%. O aumento da Receita é provocado pelo PLD mais elevado, onde a Geração efetuou vendas no mercado *Spot*, beneficiando-se da volatilidade do mercado de energia, já a redução das Despesas se deve ao fato de que em 2012 foi realizada a provisão para perdas do ativo imobilizado, no valor de R\$124 Milhões. Em 2013, houve também o teste de Redução ao Valor Recuperável de Ativos (*Impairment Test*), conforme determina o CPC 01 (R1), resultando na perda de R\$24,6 milhões, em função dos efeitos valorativos decorrentes da decisão da não antecipação da renovação da concessão das usinas.

Muito embora a Celesc Distribuição represente cerca de 98% da ROL do Consolidado, a Centrais Elétricas de Santa Catarina vem se firmando cada vez mais como grupo, com constante e consistente desenvolvimento das atividades de geração de energia.

Nas atividades de geração de energia, o índice pluviométrico do ano de 2013 foi superior ao registrado em 2012, e a energia gerada ficou, em média, aproximadamente 4,72% abaixo da garantia física das Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs. Em 2013, com a entrada em operação da ampliação da Usina Pery, a Celesc Geração elevou sua garantia física, gerando 55,54 MW médios de energia elétrica, o que totaliza a produção líquida de 486,54 GWh, que culminou no fator de capacidade de cerca de 63,5%. O desempenho na geração de energia em 2013 foi 2,4% superior ao ano de 2012. Os principais motivos estão relacionados à melhor afluência verificada durante o ano nas regiões planalto e meio oeste.

Na análise da Estrutura Financeira e Patrimonial, em 2013, verifica-se o aumento do passivo total em 3,29% em relação ao ano anterior, o passivo circulante cresceu 14,24%, o que não compromete a liquidez, pois o ativo circulante cresceu 27,59%. Nesse sentido, o Grupo Celesc exibe índices de liquidez conservadores, inclusive com tendência ao aumento sensível da representatividade tanto do Lucro Líquido como do Patrimônio Líquido em relação ao montante total de Passivos.

Descrição (em milhares de Reais)	2013	2012	2011
Patrimônio Líquido (PL)	2.137.462	1.900.780	2.284.090
Receita Operacional Líquida (ROL)	4.872.377	4.414.979	4.080.548
Custos e Despesas Operacionais (CDO)	4.727.350	920.565	465.919



Lucro Operacional (LO)	145.027	(509.287)	428.846
Receita Financeira Líquida (RFL)	151.284	130.707	(65.238)
Lucro Líquido (LL)	198.874	(258.366)	323.887
Ativo Circulante (AC)	1.674.070	1.312.038	1.427.462
Passivo Circulante (PC)	1.491.660	1.305.699	1.291.539
Passivo Total (PT)	3.490.301	3.378.951	2.896.039
Ativo Total (AT)	5.627.763	5.279.731	5.180.129
Depreciação (D)	208.271	158.294	151.422
EBITDA (E)	353.298	(350.993)	580.268

Indicadores	2013	2012	2011
LL / PL	9,30%	-13,59%	14,18%
LL / ROL	4,08%	-5,85%	7,94%
AC / PC	112,23%	100,49%	110,52%
AT / PT	161,24%	156,25%	178,87%
PC / PT	42,74%	38,64%	44,60%
PL / PT	61,24%	56,25%	78,87%
LL / PT	5,70%	-7,65%	11,18%
Margem EBITDA	7,25%	-7,95%	14,22%

A rentabilidade sobre o patrimônio e a margem líquida vinham em trajetória crescente até 2012, quando foram prejudicadas, por fatores não recorrentes e exógenos, recuperando-se em parte em 2013 ao receber a CVA referente à maio/2012 a abril/2013.

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Todas as empresas do grupo apresentam índices de liquidez, tanto de curto prazo como de longo prazo, conservadores, além de lucros líquidos compatíveis com os respectivos patrimônios e níveis de endividamento, aumento na composição de curto prazo dos passivos, ocasionada basicamente pelos empréstimos bancários e Finame.

A seguir estão apresentados índices e coeficientes financeiros e patrimoniais de maior relevância das empresas e consolidados.

Descrição (em milhares de Reais)	2013				2012				2011			
	Consolidado	Celesc Holding	Celesc Distribuição	Celesc Geração	Consolidado	Celesc Holding	Celesc Distribuição	Celesc Geração	Consolidado	Celesc Holding	Celesc Distribuição	Celesc Geração
Patrimônio Líquido (PL)	2.137.462	2.137.462	1.538.756	275.639	1.900.780	1.900.780	1.342.956	247.965	2.284.090	2.284.090	1.594.002	306.345



Receita Operacional Líquida (ROL)	4.872.377	-	4.780.203	94.074	4.414.979	-	4.348.617	68.493	4.080.548	-	4.031.621	51.810
Custos e Despesas Operacionais (CDO)	4.727.350	156.917	4.648.154	71.527	920.565	211.434	766.546	148.626	465.919	(311.683)	464.220	12.222
Lucro Operacional (LO)	145.027	156.917	132.049	22.547	(509.287)	(211.434)	(400.672)	(103.222)	428.846	311.683	399.020	19.358
Receita Financeira Líquida (RFL)	151.284	65.821	83.275	2.188	130.707	(70.796)	200.327	1.181	(65.238)	(70.297)	(72.553)	(1.802)
Lucro Líquido (LL)	198.874	198.874	149.258	17.228	(258.366)	(258.366)	(135.659)	(70.377)	323.887	323.887	287.411	13.804
Ativo Circulante (AC)	1.674.070	81.961	1.572.563	62.996	1.312.038	41.732	1.257.087	14.522	1.427.462	124.185	1.344.899	27.231
Passivo Circulante (PC)	1.491.660	54.746	1.450.872	29.492	1.305.699	4.730	1.286.463	15.809	1.291.539	87.275	1.256.551	16.566
Passivo Total (PT)	3.490.301	62.636	3.564.110	89.937	3.378.951	12.661	3.436.220	86.962	2.896.039	95.109	2.846.830	88.955
Ativo Total (AT)	5.627.763	2.200.098	5.102.866	365.576	5.279.731	1.913.441	4.779.176	334.927	5.180.129	2.379.199	4.440.832	395.300
Depreciação (D)	208.271	1	157.269	51.001	158.294	-	152.038	6.256	151.422	1.531	143.032	6.859
EBITDA (E)	353.298	156.918	289.318	73.548	(350.993)	(395.771)	(248.634)	(97.536)	580.268	313.214	542.052	26.217

Indicadores	2013				2012				2011			
	Consolidado	Celesc Holding	Celesc Distribuição	Celesc Geração	Consolidado	Celesc Holding	Celesc Distribuição	Celesc Geração	Consolidado	Celesc Holding	Celesc Distribuição	Celesc Geração
LL / PL	9,30%	9,30%	9,70%	6,25%	-13,59%	-13,59%	-10,10%	-28,38%	14,18%	14,18%	18,03%	4,51%
LL / ROL	4,08%	-	3,12%	18,31%	-5,85%	-	-3,12%	-102,75%	7,94%	-	7,13%	26,64%
AC / PC	112,23%	149,71%	108,39%	213,60%	100,49%	882,28%	97,72%	91,86%	110,52%	142,29%	107,03%	164,38%
AT / PT	161,24%	3512,51%	143,17%	406,48%	156,25%	15112,87%	139,08%	385,14%	178,87%	2501,55%	155,99%	444,38%
PC / PT	42,74%	87,40%	40,71%	32,79%	38,64%	37,36%	37,44%	18,18%	44,60%	91,76%	44,14%	18,62%
PL / PT	61,24%	3412,51%	43,17%	306,48%	56,25%	15012,87%	39,08%	285,14%	78,87%	2401,55%	55,99%	344,38%
LL / PT	5,70%	317,51%	4,19%	19,16%	-7,65%	-2040,64%	-3,95%	-80,93%	11,18%	340,54%	10,10%	15,52%
Margem EBITDA	7,25%	-	6,05%	78,18%	-7,95%	-	-5,72%	-142,40%	14,22%	-	13,45%	50,60%

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou cotas, indicando: (i) hipóteses de resgate; (ii) fórmula de cálculo do valor do resgate.

Não existe intenção de resgatar as ações de emissão da Companhia. Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira.

A estrutura de capital da Centrais Elétricas de Santa Catarina (Grupo Celesc) apresenta níveis conservadores de alavancagem. Em especial na Celesc Distribuição, visa-se adequar a estrutura de capital investindo parcela relevante de capital de terceiros no ativo remunerável. Desse modo, busca-se deslocar o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de modo a permitir uma adequada remuneração do capital.

O índice de alavancagem financeira corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.



<b>Alavancagem financeira e endividamento líquido (em Milhares de Reais)</b>			
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Empréstimos financiamentos e debêntures	681.672	338.110	343.092
menos: caixa e equivalentes	664.506	172.740	428.754
(=) Dívida líquida	17.166	165.370	(85.662)
Total do Patrimônio Líquido	2.137.462	1.900.780	2.284.090
Total do Capital	2.154.628	2.066.150	2.198.428
Índice de Alavancagem financeira (%)	0,80%	8,70%	-3,75%

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Centrais Elétricas de Santa Catarina e suas empresas apresentam plena e sólida capacidade de pagar suas obrigações financeiras.

A quase totalidade dos compromissos financeiros da Centrais Elétricas de Santa Catarina é derivada das atividades da Celesc Distribuição, apresentando seguros índices de endividamento e liquidez, tanto de curto prazo como de longo prazo.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Em 25/01/2013 foi contratado pela Celesc Distribuição um empréstimo na modalidade Capital de Giro, autorizado pelo Conselho de Administração da companhia, no valor de R\$ 89 milhões, com remuneração de juros de 7,55% a.a., e prazo de quitação de 24 meses, com carência de 15 meses e amortizado em 9 parcelas mensais. Estes contratos têm como garantias os recebíveis e estão anuídos pela ANEEL.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Tal situação não se aplica, uma vez que a Companhia e suas subsidiárias possuem índices de liquidez seguros e contam, de regra, com suficientes recursos próprios a fim de cobrir as necessidades de capital de giro.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

*(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas;*



Restrições legais de endividamento das empresas sob controle estatal dificultam o acesso da Centrais Elétricas de Santa Catarina e de suas subsidiárias integrais às linhas de crédito do BNDES, impossibilitando-as de competir em igualdade de condições pela oferta de capital. Tais restrições encontram-se basicamente materializadas na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF e na impossibilidade de empréstimos do BNDES. Desse modo, as empresas controladas pelo Estado tendem a ser menos alavancadas que as empresas privadas.

Autorizada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 18 de abril de 2013, a Celesc Distribuição em 15 de maio de 2013 realizou, junto ao Agente Fiduciário a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, a 1ª emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografia, com garantia fidejussória e cuja fiadora é a Centrais Elétricas de Santa Catarina. O valor da emissão é de R\$300 milhões sendo emitidas 30 mil Debêntures com valor nominal de R\$10mil unitário. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos, em regime de garantia firme de subscrição, com intermediação do BB – Banco de Investimentos S.A., na qualidade de instituição intermediária líder da oferta restrita. As Debêntures fazem jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros-DI acrescidos de uma sobretaxa de 1,30% a.a., a remuneração será paga em parcelas semestrais e consecutivas, sem carência. O Valor Nominal Unitário será amortizado em três parcelas anuais e consecutivas, sendo a primeira parcela devida a partir do 48º mês contado da data de emissão.

A tabela abaixo apresenta a composição dos empréstimos e financiamentos mantidos pelas Centrais Elétricas de Santa Catarina (grupo):

<b>Empréstimos</b>						
<small>(em Milhares de Reais)</small>						
	<b>Taxa Anual de Juros e Comissões</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>Garantia</b>	<b>2013-2011</b>
<b>Empréstimos Bancários</b>	7,55% a.a.	162.334	60.637	103.376	Subordinada	57,03%
<b>Eletrobrás</b>	5% a.a.	177.590	157.602	151.092	Subordinada	17,54%
<b>Finame</b>	2,5 a 8,7 a.a.	37.530	30.656	27.713	Subordinada	35,42%
<b>Debêntures</b>	DI + 1,3% a.a.	304.996	17.677	21.484	Fidejussória	1319,64%
<b>Total de Empréstimos</b>		682.450	288.645	375.627		81,68%
<b>Circulante</b>		203.497	117.041	245.827		-17,22%
<b>Não circulante</b>		478.953	171.604	129.800		268,99%

Os empréstimos e financiamentos contratados junto à Eletrobrás pela Celesc Distribuição se destinam aos programas de eletrificação rural e extensão de linhas de transmissão e subestações, sendo que os recursos advêm da Reserva Global de



Reversão – RGR e do Fundo de Financiamento da Eletrobrás, os juros incidentes são de 5% a.a.. Em caso de inadimplência, a garantia está vinculada aos recebíveis da contratante.

Também são mantidos contratos de financiamento com o BNDES na modalidade FINAME PSI com o objetivo de financiar a aquisição de equipamentos cujos juros variam entre 2,5% a.a. a 8,7% a.a..

Do total de empréstimos mantidos pelas Centrais Elétricas de Santa Catarina, 100% pertencem à Celesc Distribuição e referem-se principalmente a aumento do capital de giro e investimentos na rede de distribuição e subestações, já no caso do FINAME à compra de equipamentos.

*(iii) grau de subordinação entre as dívidas;*

Do ponto de vista das garantias, as dívidas da companhia são subordinadas ou fidejussória, sendo garantidas por recebíveis ou aval, respectivamente, conforme demonstra o quadro de empréstimos acima.

*(iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores imobiliários e à alienação do controle societário.*

As empresas controladas pelo Governo do Estado de Santa Catarina, como a Centrais Elétricas de Santa Catarina e suas subsidiárias integrais, estão sujeitas a procedimentos específicos no tocante à alienação de controle acionário, que, segundo o artigo 13º da Constituição do Estado, dependem de lei específica. Além disso, algumas das demais empresas do grupo possuem dispositivos especiais, normalmente atinentes à concessão do serviço público que exploram.

O Contrato de Concessão de Distribuição nº 56/1999 estabelece que seja vedado a Celesc Distribuição ter seu controle acionário modificado sem prévia autorização expressa da Agência Nacional de Energia Elétrica. De modo semelhante, se faz também necessária à autorização expressa do órgão regulador a cessão, alienação ou dação em garantia de qualquer bem vinculado à concessão.

Com a emissão das debêntures em 15 de maio de 2013, a política de dividendos da Celesc Distribuição torna-se restrita a um *pay-out* máximo de 30% até o fim do contrato.

## 10.2 – Resultado Operacional e Financeiro

A indústria de Santa Catarina apresentou resultado superior à produção industrial nacional e encerrou o ano de 2013 com crescimento de 2,10%. As atividades com melhores desempenhos foram: Metalurgia básica (18,60%), Celulose (7,30%) e Vestuário (14,70%), respectivamente, impulsionados pelo aumento de consumo interno e regularização de empresas informais. O desempenho desses segmentos superaram as expectativas, tendo em vista, o ambiente de instabilidade da economia mundial e o resultado deficitário da Balança Comercial de Santa Catarina.





Cabe novamente destacar que a produção industrial teve resultados satisfatórios em função dos segmentos de construção civil e de serviços de utilidades públicas. Além desses setores, a produção agropecuária em virtude de condições favoráveis cresceu 3,60%, o setor de comércio varejista manteve-se competitivo, com investimentos em diversos produtos sendo responsável pela criação de 76 mil novos empregos em 2013, situação adversa em que a economia brasileira viveu no mesmo período.

No ano de 2013, foi especialmente turbulento para o Setor Elétrico por conta do anúncio das novas regras para prorrogação das concessões, permitindo a antecipação dos contratos com vencimento entre 2015 e 2017 do parque gerador e transmissor. Sem alterações significativas para a área, a Celesc Distribuição acabou sendo a primeira empresa a solicitar sua renovação contratual com a União. A Celesc Geração, porém, precisou enfrentar, de forma estratégica, as determinações da MP 579/12, divulgada pelo Governo Federal no mês de setembro de 2012, decidindo pela não prorrogação antecipada do contrato de concessão.

O Índice BOVESPA – Ibovespa fechou o ano de 2013 com recuo de 15,49% sendo o pior resultado entre os principais índices acionários globais. O Índice do Setor de Energia Elétrica - IEE apresentou baixa expressiva de 8,83%, reflexo principalmente da instabilidade do setor elétrico que, por sua vez, está diretamente relacionada à política governamental do Governo para o mesmo setor. Diante desse cenário, as ações preferenciais da CELESC – PN apresentaram desempenho negativo com desvalorização de 31,85% já incluso os ajustes de proventos. As ações ordinárias – ON expandiram 8,11% em relação ao fechamento de 2012.

a. resultado das operações do emissor, em especial:

*(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.*

A Centrais Elétricas de Santa Catarina atua basicamente nas atividades de distribuição e geração de energia, tendo como principal setor o de distribuição de energia elétrica, sendo que a atividade de Distribuição, nos últimos três anos, é responsável por mais de 95% da Receita Líquida, conseqüentemente a empresa de geração tem importância menos relevante em relação ao Lucro Líquido do grupo.

<b>Lucros Individuais e Participação Proporcional (em milhares de Reais)</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Lucro líquido	198.874	-255.725	323.887
Celesc Distribuição	149.258	133.018	287.411
	75,1%	-52,0%	88,7%
Celesc Geração	17.228	70.380	13.804
	8,7%	-27,5%	4,3%



### **Celesc Distribuição S.A.**

Sob o ponto de vista da Receita Operacional Líquida a Celesc Distribuição contribuiu em 2013 com cerca de 98% e a Geração 2%. A contribuição, portanto, de cada uma das atividades para o lucro do grupo apresenta grande variabilidade, uma vez que cada segmento tem determinantes próprios. A atividade de distribuição de energia sofre influência quase que exclusivamente da venda a consumidores cativos. Os preços são estabelecidos pela agência reguladora e o volume vendido de energia elétrica depende de parâmetros que contemplam desde a temperatura como também os aspectos gerais da atividade econômica, não somente circunscritos à área de concessão.

O consumo total de energia elétrica em nossa área de concessão somou 23.952 GWh no ano de 2013, um incremento de 3,7% no total de energia distribuída (mercado cativo + livre) quando comparado ao mesmo período de 2012.

O mercado cativo cresceu 1,8% no ano de 2013 com consumo total da ordem de 16.459 GWh. Os consumidores livres localizados na área de concessão da Celesc Distribuição apresentaram consumo de 5.655 GWh em 2013, representando crescimento de 10,9% no comparativo com o ano anterior.

A classe industrial, que engloba 27,29% do mercado cativo, somando 4.491 GWh, apresentou redução de 2,8% em relação ao acumulado de 2012. Na classe comercial, que representa 20,15% do mercado cativo, o incremento foi de 1,5%, com consumo de 3.317 GWh. A classe residencial, que equivale a 29,56% do mercado cativo da Celesc, consumiu 4.865 GWh, evolução de 4,9%. As demais classes (rural, iluminação, poderes e serviços públicos e suprimento de energia), que correspondem a 22,93% do total, consumiram 3,94% a mais no acumulado de 2013, o equivalente a aproximadamente 3.774 GWh.

Mas não só em aspectos quantitativos nosso mercado se destaca, Santa Catarina possui o maior nível de consumo *per capita* de energia elétrica e um dos melhores índices de desenvolvimento econômico e social do Brasil, o que se reflete positivamente na solidez dos nossos indicadores de crescimento. Contamos com um mercado diversificado – espelhando a estrutura produtiva e social catarinense – com significativa participação de todas as classes de consumo, mas com destaque para a residencial e a industrial.

Devem-se destacar também, os reajustes tarifários concedidos pela ANEEL à concessionária no período, com impacto negativo médio de 19,13%, no período de janeiro a agosto/13, além de um reajuste médio de 13,73% a partir de agosto/2013.

A Celesc D, em atendimento às disposições da legislação, manifestou em 18 de setembro de 2012 seu pedido de prorrogação de sua concessão pelo prazo de 30 anos, a partir de julho de 2015. As condições de prorrogação só serão conhecidas quando o poder concedente divulgar a minuta do termo aditivo ao contrato de concessão.



### Decreto nº 7.945/13 – Aporte CDE

Em função das condições hidro energéticas desfavoráveis no final de 2012 e início de 2013, entre eles os baixos níveis nos reservatórios das usinas hidrelétricas, o despacho das usinas térmicas estava direcionado para o patamar máximo. Diante do exposto e considerando a exposição das concessionárias no mercado de curto prazo, decorrente principalmente da alocação das cotas de garantia física de energia e de potência e à revogação da autorização das usinas pela ANEEL, o custo de energia das distribuidoras teve um aumento expressivo em 2012 e início de 2013.

Devido a este cenário e considerando que as concessionárias de distribuição não têm gerência sobre esses custos, o governo brasileiro emitiu, em 07 de março de 2013, o Decreto nº 7.945, que promoveu algumas alterações sobre a contratação de energia e os objetivos do encargo setorial Conta de Desenvolvimento Energético – CDE.

Com relação à contratação de energia, o Decreto nº 7.945 (i) reduziu o prazo mínimo de contrato de três para um ano, contado a partir do início do suprimento de energia, proveniente de empreendimentos existentes e (ii) aumentou o repasse dos custos de aquisição de energia elétrica pelas distribuidoras para os consumidores finais de cento e três para cento e cinco por cento do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

Com relação aos objetivos da CDE, o Decreto alterou os mesmos, e instituiu o repasse de recursos da CDE às concessionárias de distribuição dos custos relacionados abaixo:

- (i) A exposição ao mercado de curto prazo das usinas hidrelétricas contratadas em regime de cotas de garantia física de energia e de potência, por insuficiência de geração alocada no âmbito do Mecanismo de Relocação de Energia – MRE (Risco Hidrológico);
- (ii) A exposição no mercado de curto prazo das distribuidoras, por insuficiência de lastro contratual em relação à carga realizada, relativa ao montante de reposição não recontratado em função da não adesão à prorrogação de concessões de geração de energia elétrica (Exposição Involuntária);
- (iii) O custo adicional relativo ao acionamento de usinas termelétricas fora da ordem de mérito por decisão do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE (ESS – Segurança Energética); e
- (iv) O valor integral ou parcial do saldo positivo acumulado pela Conta de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVA, relativo ao encargo de serviço do sistema e à energia comprada para revenda (CVA ESS e Energia).

Para os itens (i), (ii) e (iii), a Companhia registrou, de acordo com o CPC 07/IAS 20 – Subvenção e Assistência Governamentais, o montante de R\$178.482, registrado em Custo com Energia Elétrica na Rubrica Encargos de Uso da Rede e Energia de Curto Prazo. Para o item (iv), no processo de Revisão Tarifária da Celesc D, por meio da Resolução



Homologatória no 1.574, de 30 de julho de 2013, a ANEEL concedeu cobertura do resultado positivo das Contas de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVA apurados sobre a energia comprada e do encargo de ESS, no montante de R\$569.507. Este valor foi registrado a crédito do Custo com Energia Elétrica na rubrica Recuperação de Despesas.

Resolução Homologatória nº 1.574/13 - Subvenção e Repasse da CDE

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 1.574, de 30 de julho de 2013, homologou o repasse pela Eletrobrás à Celesc D, no período de competência de dezembro de 2013 a julho de 2014, até o 10º dia útil do mês subsequente, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, no valor mensal de R\$31,8 mil.

Valor Mensal da Subvenção da CDE para custear descontos tarifários

Subsídio Carga Fonte Incentivada	4.911
Subsídio Geração Fonte Incentivada	850
Subsídio Distribuição	15.210
Subsídio Água, Esgoto e Saneamento	963
Subsídio Rural	9.675
Subsídio Irrigante/Aquicultor	192
Total	31.801

**Celesc Geração S.A.**

A Celesc Geração S.A. detém Concessão de Serviço Público de Geração no Estado de Santa Catarina e, atualmente, sua atuação se dá 95% no mercado livre e 5% no mercado regulado, ou seja, suas operações de Compra e Venda de Energia Elétrica atendem em sua maioria ao Ambiente de Contratação Livre – ACL, através de contratos bilaterais diretamente com seus clientes, e que são oriundos de processos licitatórios na forma de Leilões de Energia, realizados conforme legislação vigente.

Em 2012 a Empresa teve aprovado junto ao Ministério de Minas e Energia, o seu pedido de mudança do regime de concessão. Dentre as 12 (doze) usinas, 8 (oito) passaram a ser consideradas como Produtor Independente de Energia – PIE, passando a comercializar energia incentivada no mercado ACL com 50% de desconto nas tarifas de uso dos sistemas de distribuição – TUSD, a partir de junho de 2012. Por consequência, foram firmados contratos de longo prazo com consumidores do grupo A4, que recebem energia incentivada com 50% de desconto na TUSD.

De modo geral, sua receita em 2013 foi condicionada pelos reajustes contratuais, pelo aumento no Preço de Liquidação de Diferenças – PLD e por novos contratos. A formação de receita da Celesc Geração é composta por uma carteira de clientes



diversificada entre as classes industrial, comercial e suprimento (comercializadoras e distribuidoras de energia), através da formalização de contratos de curto, médio e longo prazo. O preço médio dos contratos existentes em 2013 foi de R\$/MWh 191,69.

Em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal, com o objetivo de reduzir os custos de energia elétrica para consumidores, publicou a Medida Provisória nº 579 (“MP 579”), convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013. Em 14 de setembro de 2012, o Decreto Presidencial (DP) nº 7.805 foi emitido, definindo alguns dos procedimentos operacionais para a implementação do que foi estabelecido na MP 579. Esta Medida Provisória permitiu aos concessionários com contratos de geração e transmissão de energia elétrica vencendo entre 2015 e 2017 a possibilidade de antecipar as suas prorrogações mediante condições específicas nela estabelecidas.

Para as concessionárias de distribuição a MP 579 previa, a partir de 1º de janeiro de 2013, a redução das tarifas pela eliminação/redução de alguns dos encargos setoriais e a partir de fevereiro de 2013 passarão por uma revisão tarifária extraordinária com o objetivo de refletir a redução das tarifas de geração e transmissão e também pelos eventuais efeitos da realocação das quotas de energia das geradoras que tiverem os seus contratos prorrogados.

Conforme requerido pela MP 579 o Grupo protocolou seu pedido de prorrogação em 18 de setembro de 2012 para as concessões do contrato 56/1999 de Distribuição, e das Pequenas Centrais Elétricas (PCHs) em 15 de outubro de 2012, abaixo apresentamos as PCHs afetadas pela MP nº 579:

USINAS	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)
PCH Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	07/11/2016	24,60	16,70
PCH Bracinho	Schroeder/SC	07/11/2016	15,00	8,80
PCH Garcia	Angelina/SC	07/07/2015	8,92	7,10
PCH Cedros	Rio dos Cedros/SC	07/11/2016	8,40	6,75
PCH Salto	Blumenau/SC	07/11/2016	6,28	5,25
PCH Pery	Curitibanos/SC	09/07/2017	30,00	14,08
PCH Ivo Silveira	Campos Novos/SC	07/07/2015	2,60	1,81
<b>Total - MW</b>			<b>95,80</b>	<b>60,49</b>



As PCHs que possuem potência inferior a 1MW e prazo de concessão depois de 2017 não foram alcançadas pela MP 579/2012, conforme apresentado abaixo:

**Parque Gerador Próprio - Demais Usinas 100% da Celesc Geração S.A.**

USINAS	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)
PCH Celso Ramos	Faxinal dos Guedes/SC	23/11/2021	5,40	3,80
PCH Caveiras	Lages/SC	10/07/2018	3,83	2,77
CGH Pirai	Joinville/SC	(*)	0,78	0,45
CGH Rio do Peixe	Videira/SC	(*)	0,52	0,50
CGH São Lourenço	Mafra/SC	(*)	0,42	0,22
<b>Total - MW</b>			<b>10,95</b>	<b>7,74</b>

(\*) Usinas com potência inferior a 1 MW estão dispensadas do ato de concessão.

Em respeito ao prazo legal definido pela medida provisória que consignou pedido pela renovação condicionada das concessões em 15 de outubro de 2012, através de processos apartados, tendo em vista, principalmente, a condição específica da unidade de Pery, com obras em andamento para projeto de repotenciação, conforme Resolução Autorizativa ANEEL nº 3.688, publicado no Diário Oficial da União nº 201, de 17 de outubro de 2012. No dia 23 de outubro 2012 a ANEEL, através do Despacho nº 3.327 (Processo nº 48100.001152/1996-71), resolveu por: recomendar a prorrogação da concessão das Usinas Hidrelétricas Bracinho, Garcia, Cedros, Salto, Ivo Silveira e Palmeiras, requerida pela Celesc Geração S.A., nos termos da Medida Provisória nº 579, de 2012; recomendar a prorrogação da concessão da Usina Hidrelétrica Pery, estabelecendo que (a) nos primeiros vinte anos, ficará submetido ao regime de cotas da Medida Provisória nº 579, de 2012, apenas o montante de energia correspondente à potência anterior à ampliação da usina, ou seja, 4 MW, ao passo que o montante correspondente à ampliação, ou seja 26 MW, poderá ser comercializado livremente e (b) nos últimos dez anos, toda a energia da usina será submetida ao regime de cotas. A UHE Pirai possui potência instalada, reconsiderada quando da assinatura do 2º termo aditivo de renovação da concessão em 1999, de apenas 0,78 MW, não restando, portanto, necessária à renovação da concessão, mas, tão somente, registro de operação junto ao regulador.

No dia 01.11.2012, foi publicada a Portaria Interministerial nº 578 MME/MF que define as tarifas iniciais para serem aplicadas as hidrelétricas enquadradas pela MP 579, com base no Custo da Gestão de Ativos de Geração (GAG). Na mesma data também foi publicada a Portaria Interministerial nº 580 MME/MF que define os valores de indenização dos investimentos dos bens reversíveis ainda não amortizados ou não depreciados.



A Administração em 2012 analisou as condições estabelecidas para a prorrogação do prazo de concessão, bem como, os potenciais efeitos econômico-financeiros e os efeitos tributários sobre os valores da indenização e das tarifas, e ainda, realizou diversos estudos internos, a fim de concluir sobre a não antecipação do prazo de concessão. Por meio de Reunião Extraordinária realizada em 22 de novembro de 2012 o Conselho de Administração acompanhando o entendimento da Diretoria Executiva deliberou pela não adesão aos termos de renovação antecipada das concessões das usinas da Celesc G com base na MP nº 579/12, entretanto, por causa de Ação Ordinária da Usina Pery, a Empresa ainda não oficializou a resposta ao MME sobre a não antecipação das demais usinas abrangidas pela MP.

Foi excluída da decisão a Usina Pery com questionamento pela Ação Ordinária com pedido de liminar na Justiça Federal, com objetivo de discutir o mérito relativo ao direito de prorrogação da concessão pelos 20 anos, conforme previsto no Artigo nº 26, §7º da Lei Federal nº 9.247, de 26 de dezembro de 1996, ou alternativamente, a prorrogação pelo regime híbrido, recomendado pela ANEEL, sendo o pedido acolhido e havendo suspensão do prazo de assinatura do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão. A União recorreu desta decisão por meio de Agravo de Instrumento cujo pedido de efeito suspensivo foi negado no Tribunal Regional Federal – TRF da 4ª Região (Porto Alegre).

Em 17 de fevereiro de 2014, ocorreu decisão favorável proferida pelo Vice-Presidente do TRF-4 nos autos da Ação Cautelar interposta pela Celesc G, deferindo o efeito suspensivo aos Recursos Especial e Extraordinário, suspendendo o prazo de assinatura do 4º termo aditivo ao contrato de concessão nº 055/99 até o julgamento dos Recursos Excepcionais pelo Supremo Tribunal de Justiça – STJ e Supremo Tribunal Federal – STF.

Visando atender as diretrizes do plano diretor do grupo, cuja meta é atingir 1.000 MW em empreendimentos de geração até 2030, em 2012 foi lançada nova chamada pública para seleção de parceiros e projetos na área de geração de energia, contemplando outras fontes como: eólica, biomassa e térmicas, com a perspectiva de firmar parcerias em 2013.

Em 11 de julho de 2013, o contrato de concessão nº 006/2013, celebrado entre a Celesc G e a União, por intermédio da ANEEL, tem como objeto regular a exploração dos potenciais de energia hidráulica, por meio das Centrais Geradoras Hidrelétricas – CGH e instalações de transmissão de interesse restrito – PCH. A Celesc G passou a recolher a quota mensal de Uso de Bem Público – UBP, a partir de 15 de agosto de 2013, por um prazo de 60 meses ou até o final da concessão de cada PCH a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás.

O contrato de concessão firmado estabelece, dentre outros, o seguinte: (a) pelo uso do bem público a Companhia pagará à União, pelo prazo de 5 anos contados da assinatura do contrato parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto, atualizado monetariamente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, tendo como base o índice relativo ao mês anterior ao da publicação do ato administrativo que aprovou a modificação do regime de exploração da concessão, não havendo



prorrogação, os bens e instalações vinculados ao aproveitamento hidrelétrico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL.

A contrapartida dessa obrigação está registrada no ativo intangível e será amortizada pelo mesmo período de vigência da obrigação. A amortização mensal é de R\$130,3 mil. A estimativa dos fluxos de caixa para mensuração da UBP são decorrentes da utilização da taxa de desconto definida pela Administração.

Pequena Central Hidrelétrica - PCH	Valor das Parcelas UBP	Concessão até
<b>Garcia</b>	22,5	07/07/2015
<b>Ivo Silveira</b>	6	07/07/2015
<b>Cedros</b>	21,4	07/11/2016
<b>Salto</b>	16,7	07/11/2016
<b>Bracinho</b>	25,3	07/11/2016
<b>Pery</b>	52,3	09/07/2017
<b>Celso Ramos</b>	12	22/11/2021

A nova conjuntura regulatória implicou na necessidade de avaliação sobre a recuperabilidade dos ativos, uma vez que pressupõe a entrega das concessões que não serão renovadas, nas respectivas datas contratuais.

#### **Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. – SCGÁS**

A controlada em conjunto SCGÁS, possui contrato de concessão para exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado em todo o Estado de Santa Catarina, firmado em 28 de março de 1994, com prazo de vigência de 50 anos. Com aplicação requerida para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2013 dos Pronunciamentos CPC 18 (R2) – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto e CPC 19 (R2) – Negócios em Conjunto, os empreendimentos controlados em conjunto passam a ser registrados nas Demonstrações Financeiras da Companhia pelo Método de Equivalência Patrimonial – MEP. Com a adoção desses novos pronunciamentos contábeis no primeiro trimestre de 2013 a Companhia deixou de consolidar proporcionalmente esses investimentos.

#### **Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE**

A controlada em conjunto ECTE detém contrato de concessão de transmissão de energia elétrica datado de 1º de





novembro de 2000 com prazo de vigência de 30 anos. Com aplicação requerida para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2013 dos Pronunciamentos CPC 18 (R2) – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto e CPC 19 (R2) – Negócios em Conjunto, os empreendimentos controlados em conjunto passam a ser registrados nas Demonstrações Financeiras da Companhia pelo Método de Equivalência Patrimonial – MEP. Com a adoção desses novos pronunciamentos contábeis no primeiro trimestre de 2013 a Companhia deixou de consolidar proporcionalmente esses investimentos.

### **Exercício 2012**

O ano de 2012 caracterizou-se como um ano desafiador para a economia nacional. Sob o impacto do arrefecimento da economia europeia, da lenta retomada da economia americana e da invasão de produtos importados dos países asiáticos, com destaque para os chineses, o Brasil registrou PIB de 0,9%, resultado bastante inferior ao crescimento de 2,9% em 2011 e um recuo considerável, se comparado aos 7,5% em 2010.

Diante deste cenário, a expansão industrial se deu por conta do consumo interno, ainda aquecido pela facilidade de acesso ao crédito, redução da taxa de juros e aumento da renda real das famílias e da condição próxima de pleno emprego, alcançada no País. A situação favorece a aquisição de eletrodomésticos e o aumento de consumo de energia elétrica.

A indústria de Santa Catarina manteve-se em linha com os padrões nacionais e encerrou o ano com fraco desempenho nos principais indicadores do setor. A atividade com melhor desempenho foi máquinas e equipamentos, com alta de 16,5%, impulsionada pela redução do IPI para a linha branca. O desempenho no ano ainda foi positivamente influenciado pela construção civil, que também aqueceu o comércio varejista em Santa Catarina.

Em 2011, os esforços empreendidos resultaram em boa performance da Celesc Distribuição na redução dos custos de materiais, serviços e outros. O grande desafio a ser superado pela Empresa desde então, passa pela redução de custos de pessoal. No mês de maio de 2012 o Conselho de Administração aprovou o Plano de Demissão Voluntário (PDV) proposto aos empregados da Celesc Distribuição como parte do Plano de Adequação de Quadros – PAQ. O PDV contou com a adesão de 734 profissionais e sua efetividade representa economia bruta de aproximadamente R\$500 milhões até o seu término, em 2018.

O ano também foi especialmente turbulento para o Setor Elétrico por conta do anúncio das novas regras para prorrogação das concessões, permitindo a antecipação dos contratos com vencimento entre 2015 e 2017. Sem alterações significativas para a área, a Celesc Distribuição acabou sendo a primeira empresa a solicitar sua renovação contratual com a União. A Celesc Geração, porém, precisou enfrentar, de forma muito estratégica, as determinações da MP 579, divulgada pelo Governo Federal no mês de setembro. A tomada de decisão da Administração da Companhia pela não renovação da concessão do Parque Gerador levou em consideração premissas de caráter técnico, dentre as quais, a restrição significativa de receita da ordem de 79% e o Valor Presente Líquido (VPL) negativo das usinas de aproximadamente R\$600 milhões.



O consumo de energia do mercado cativo cresceu 2,3% em 2012, os consumidores livres localizados na área de concessão da Celesc Distribuição S.A. apresentaram crescimento de 20,6% no comparativo com o ano anterior, sendo principal responsável pelo crescimento de 6,1% da energia elétrica total distribuída na nossa área de concessão, somando 21.205 GWh em 2012.

A receita operacional bruta atingida pelo Grupo Celesc totalizou R\$6,9 bilhões no acumulado do ano, 7,50% superior ao mesmo período do ano anterior. O resultado positivo foi sustentado, pela venda de energia no mercado de Curto Prazo, vinculado ao Preço de Liquidação de Diferenças – PLD, realizado pela Celesc Geração e pela Celesc Distribuição.

Em relação o desempenho operacional líquido, a Centrais Elétricas de Santa Catarina apresentou uma Receita Operacional Líquida de R\$4,4 bilhões no ano de 2012, um aumento de 8,20% em relação ao ano de 2011.

Os custos e despesas operacionais cresceram 35,43%, passando de R\$3.651 milhões em 2011 para R\$4.945 milhões em 2012, tendo como principais fatores o aumento da despesa de pessoal, afetada pelo PDVP (R\$290 milhões) e a Indenização Trabalhista da URP (R\$38,8 milhões) e o custo com energia comprada para revenda na Celesc Distribuição em R\$744 milhões.

A Companhia registrou em 2012 um prejuízo líquido consolidado de R\$258,37 milhões, frente a um lucro líquido em 2011 de R\$323,89 milhões.

#### • **Celesc Distribuição S.A.**

A Receita Operacional Bruta da Celesc Distribuição reportou um aumento de 7,2%, comparada à de 2011. O custo com energia elétrica e as despesas operacionais aumentaram 34,8% e 23,6%, respectivamente. Desse modo a empresa obteve um prejuízo líquido em 2012 de R\$248,6 milhões.

#### • **Celesc Geração S.A.**

As atividades da Celesc Geração resultaram em uma receita bruta de R\$83,6 milhões de Reais com um prejuízo líquido de R\$70,3 milhões de Reais durante o ano de 2012.

### **Exercício 2011**

O desempenho da economia catarinense foi bastante influenciado pela variação negativa de muitos de seus principais setores industriais a exemplo do moveleiro, têxtil e madeireiro - cujas vendas industriais regrediram de 10 a 20% em relação a 2010.

Desse modo, mesmo com o bom desempenho da construção civil e dos setores de comércio e serviços, os resultados agregados da economia catarinense ficaram abaixo da média nacional.

A atividade de distribuição de energia sofre influência quase que exclusivamente da venda a consumidores cativos. Os preços são estabelecidos pela agência reguladora e o volume vendido de energia elétrica depende de parâmetros que



contemplam desde a temperatura como os aspectos gerais da atividade econômica, não somente circunscritos à área de concessão.

O consumo de energia da classe comercial cresceu em 2011 8,5% - o que foi responsável por compensar o modesto desempenho das outras classes, resultando, ao final de 2011, em um aumento do consumo de energia elétrica de 3,4%.

A receita operacional bruta atingida pelo Grupo Celesc totalizou R\$1,7 bilhão no 4T11, elevação de 2,3% na comparação com o quarto trimestre de 2010. No acumulado do ano, o valor foi de R\$6,6 bilhões, 5,4% superior ao mesmo período do ano anterior. O resultado positivo foi sustentado, mais uma vez, pelo relevante desempenho do mercado de distribuição da Celesc.

Em relação o desempenho operacional líquido, a Centrais Elétricas de Santa Catarina apresentou uma Receita Operacional Líquida totalizou R\$ 1,1 bilhão no 4T11, 0,6% superior ao mesmo período de 2010. Já no acumulado dos 12 meses, este valor foi de R\$4,2 bilhões, com crescimento de 3,8% em relação ao ano anterior.

O aumento da Receita Operacional Líquida no ano é favorecido pelo crescimento do mercado na área de concessão de Distribuição de Energia da Empresa (3,2% em relação a 2010) e aos reajustes tarifários ocorridos em agosto de 2010 (média de 9,8%) e agosto de 2011 (média de 1,19%). Esse resultado também foi impulsionado pela queda dos custos e despesas operacionais passando de R\$3.770 milhões em 2010 para R\$3.761 milhões em 2011, tendo como principais fatores de redução do custo com energia comprada em 4,0% e a queda de 6,3% nas despesas com pessoal e atuarial na subsidiária Celesc Distribuição S.A. Tratando-se de volume financeiro, o destaque fica por conta do custo com a energia comprada para revenda na Celesc Distribuição S.A., que em 2010 teve um valor muito elevado em função dos despachos de térmicas e alta do dólar, fator esse que não se repetiu em 2011.

A Companhia registrou em 2011 um lucro líquido consolidado de R\$323,89 milhões, valor 18,42% maior que o registrado em 2010 (R\$273,52 milhões).

#### **Celesc Distribuição S.A.**

A Receita Operacional Bruta da Celesc Distribuição reportou um aumento de 5,37%, comparada à de 2010. O aumento da receita foi acompanhado de redução nos custos operacionais da ordem de 3,34%. Desse modo, mesmo com o aumento das despesas financeiras em R\$51,74 milhões de Reais, a empresa obteve um lucro líquido em 2011 superior ao de 2010 em 59,35%.

#### **Celesc Geração S.A.**

As atividades da Celesc Geração resultaram em uma receita bruta de R\$58,23 milhões de Reais e um lucro líquido de R\$13,8 milhões de Reais durante o ano de 2011.



A Celesc Geração S.A. detém Concessão de Serviço Público de Geração no Estado de Santa Catarina e atualmente, sua atuação se dá 95% no mercado livre e 5% no mercado regulado, ou seja, suas operações de Compra e Venda de Energia Elétrica atendem em sua maioria ao Ambiente de Contratação Livre, através de contratos bilaterais diretamente com seus clientes, e que são oriundos de processos licitatórios na forma de Leilões de Energia, realizados conforme legislação vigente.

Em 2011, a Empresa participou do 11º Leilão de Ajuste, firmando seus primeiros contratos no Ambiente Regulado com duas distribuidoras.

A formação de receita da Celesc Geração é composta por uma carteira de clientes diversificada entre as classes industrial, comercial e suprimento (comercializadoras e distribuidoras de energia), através da formalização de contratos de curto, médio e longo prazo. O preço médio dos contratos existentes com base em 2011 é 118,00 R\$/MWh.

Em julho de 2011 a Celesc Geração obteve a liberação por parte da Aneel para pôr em funcionamento duas unidades geradoras na Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Prata totalizando a potência instalada de 3.000 kW. A PCH Prata integra a Sociedade de Propósito Específico (SPE) Cia. Energética Rio das Flores, cuja participação da Celesc Geração corresponde a 25%. As atividades do novo empreendimento agregarão 0,75 % à potência instalada da Celesc Geração.

As vendas no curto prazo em 2011, originadas a partir das sobras energéticas das usinas, reduziram 47% em relação a 2010. Em contrapartida as negociações no longo prazo, mais seguras e rentáveis para a empresa, cresceram 7,16 % em relação a 2010.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Comentam-se a seguir as principais variáveis que possuem e possuíram impacto sobre a receita.

### **Valor da Tarifa**

As tarifas reguladas de energia elétrica constituem o principal fator de influência sobre o volume de receitas. Mais de 95% da receita líquida total do grupo refere-se à venda de energia elétrica.

Nesse sentido, a administração das Centrais Elétricas de Santa Catarina trabalha fortemente em manter um relacionamento aberto e positivo com a Agência Nacional de Energia Elétrica, com o Governo Federal e outros participantes do mercado de forma que o processo de revisão das tarifas reflita sempre a realidade, atendendo aos justos anseios da sociedade catarinense e dos investidores.

Considerando que a Centrais Elétricas de Santa Catarina possui somente uma subsidiária de distribuição, a Celesc Distribuição, a variação no valor das tarifas segue sempre uma mesma lógica, embora possa se aplicar de modo diverso a diferentes classes de consumidores.



### Reajuste Tarifário Anual

A ANEEL, no âmbito da Reunião Pública de Diretoria realizada em 30 de julho de 2013, homologou o processo de Reajuste Tarifária Anual da Celesc Distribuição, estabelecendo o índice de reposicionamento tarifário de +15,37% (efeito econômico), com efeito médio a ser percebido pelo consumidor de +13,73% a partir de 7 de agosto de 2013.

Data	Resolução Homologatória ANEEL	Reajuste/Revisão tarifário anual econômico	Efeito Médio (consumidores cativos)
04/08/2009	856	4,80%	6,96%
06/08/2010	1.037	9,25%	9,85%
05/08/2011	1.183	1,58%	1,19%
07/08/2012	1.322	3,99%	-0,32%
06/08/2013	1.574	15,37%	13,73%

### Medida Provisória nº 579 de 11 de setembro de 2012

Em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal, com o objetivo de reduzir os custos de energia elétrica para consumidores, publicou a Medida Provisória nº 579. Em 14.09.2012, o Decreto Presidencial nº 7.805 foi emitido, definindo alguns dos procedimentos operacionais para a implementação do que foi estabelecido na MP 579. Esta Medida Provisória permitiu aos concessionários com contratos de geração e transmissão de energia elétrica vencendo entre 2015 e 2017, a possibilidade de antecipar as suas prorrogações mediante condições específicas nela estabelecidas.

Para as concessionárias de distribuição a MP 579 prevê, a partir de 1º de janeiro de 2013, a redução das tarifas pela eliminação/redução de alguns dos encargos setoriais e a partir de fevereiro de 2013 passarão por uma revisão tarifária extraordinária com o objetivo de refletir a redução das tarifas de geração e transmissão e também pelos eventuais efeitos da realocação das quotas de energia das geradoras que tiverem os seus contratos prorrogados.

Conforme requerido pela MP 579, a Companhia protocolou seu pedido de prorrogação em 19 de setembro de 2012 para o contrato de concessão 56/1999 da Celesc Distribuição, ratificando a intenção manifestada no mês de junho junto ao órgão regulador – Agência Nacional de Energia Elétrica.

### Ambiente de Contratação Regulado e Livre

A distribuição de energia nos Ambientes de Contratação Regulado e Livre da Celesc Distribuição S.A encerra o ano de 2013 com distribuição de energia superior em 3,70% ao alcançado em 2012. Este resultado está relacionado ao crescimento de mercado em 2,50% no ano de 2013 e, conseqüentemente, aos resultados positivos tanto no mercado Regulado quanto no mercado Livre.



Neste sentido, pode-se destacar o mercado Livre de energia elétrica, cujos consumidores podem escolher seus fornecedores de insumo. Este segmento representa cerca de 26% da energia total distribuída pela Celesc. Em 2013, o volume de energia consumida nesse mercado foi 10,90% maior do que o verificado no mesmo período do ano anterior. A possibilidade de escolher produtos específicos a cada perfil de consumo combinando preços diferenciados vem contribuindo para o aumento do número de clientes livres, ratificando o crescimento de 1,60% do mercado livre em 2013 em relação ao ano anterior.

O mercado Regulado de energia elétrica da Celesc Distribuição S.A. encerra o ano de 2013 com distribuição de energia superior em 1,80% ao alcançado em 2012. Destaca-se o crescimento de mercado dos consumidores em 4,9% quando comparado ao ano de 2012.

Cabe destacar a peculiaridade do ambiente de contratação de Energia: possibilidade de migração do Grupo A entre os ambientes Regulado e Livre. Observa-se que entre 2013 e 2012, houve retração de 1,6% no ambiente Regulado. Em destaque, tem-se menor distribuição de energia no ambiente Regulado da classe industrial em 2,79% no comparativo 2013 e 2012.

Estes resultados seguiram a mesma tendência do ocorrido no comparativo entre 2012 e 2011, com distribuição de energia superior em 6,30% ao alcançado em 2011. A possibilidade de escolher entre os ambientes de contratação, tendo em vista a busca pela economicidade com a compra de energia, evidenciou retração de 2,83% no Ambiente Regulado em relação a 2011.

### **Perdas Regulatórias**

De acordo com a última revisão tarifária periódica da Celesc D, a perda regulatória da distribuição foi definida em 7,40%. Desse total, 6,35% referem-se ao volume de perdas técnicas e 1,05% às perdas não técnicas. No acumulado dos últimos 12 meses até dezembro de 2013, as perdas globais representaram 7,08% da energia injetada no sistema de distribuição da concessionária, 6,30% referentes às perdas técnicas definidas pelo PRODIST – Módulo 7 (2010) e 0,78% correspondentes às perdas não técnicas.

### **Preço da Energia**

O preço da energia comprada para a revenda representa um dos maiores custos para as Centrais Elétricas de Santa Catarina, através da subsidiária integral de distribuição. Em 2013, o baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas ensejou o acionamento das térmicas tendo como consequência o aumento do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD e o custo com a compra de energia como um todo, considerando a composição de térmicas em nosso portfólio de contratos de energia.

A Portaria Interministerial nº 25, de 24 de Janeiro de 2001, dos Ministérios de Estado da Fazenda e de Minas e Energia, estabeleceu a Conta de Compensação dos Itens da Parcela A – CVA como a conta contábil destinada a registrar as



variações nos custos não gerenciáveis ocorridas no período entre os reajustes tarifários. Com a adoção do IFRS, o resultado da Companhia não reflete mais os diferimentos da CVA, no entanto, a apuração continua sendo realizada para atender às exigências da ANEEL.

Desse modo, mesmo que parte dos prejuízos incorridos serão compensados pela tarifa na próxima revisão, logo, a despeito do resultado contábil, o preço da energia comprada deve ter efeito econômico neutro, embora exija, como de fato exigiu em 2013, excessivos recursos de caixa.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.

### **Conjuntura Econômica: Brasil e Santa Catarina**

Considerando que todas as operações encontram-se no Brasil, a Centrais Elétricas de Santa Catarina é basicamente afetada pela conjuntura econômica brasileira em geral, e mais especificamente a economia catarinense.

A inflação tem como efeito, afetar os custos e logo, margens de lucro. Aumentando o valor de parte dos custos e encargos financeiros corrigidos, ainda que uma parte de tais custos seja recuperável na tarifa pelo instituto da “Parcela A”, ocorre um lapso de tempo até o reajuste tarifário.

A economia catarinense ainda que líder em diversos gêneros industriais de amplo consumo interno é também fortemente dependente das exportações, razão pela qual o câmbio desfavorável pode ter impacto visível sobre o desempenho econômico do Estado em particular.

### **Classe Residencial e Comercial**

Os principais condicionantes positivos do consumo dessas classes é o nível de emprego, massa salarial e extremos de temperatura, considerando o clima sub-temperado em partes do Estado.

### **Classe Industrial**

É bastante correlacionada com o Produto Interno Bruto e outras variáveis agregadas, como taxa de juros, câmbio e demanda externa. A classe industrial apresenta alta volatilidade e, sem dúvida, representa um termômetro para avaliar retração/expansão econômica nacional e mundial.

Em volume de produção e emprego, os principais setores da indústria catarinense são: têxtil, agroindustrial, alimentício, metal-mecânico e cerâmico.

### **Efeitos localizados na Companhia**

Algumas variáveis apresentam efeitos bastante difusos e variados no tempo, inclusive com forte ambiguidade. Existem, porém, variações conjunturais, cujos efeitos decorrentes são relativamente estimáveis.



Desses, além dos que já foram mencionados, pode-se destacar os efeitos de inflação e taxas de juros sobre os ativos e passivos da empresa. Merecem destaque as contas de Títulos e valores mobiliários circulante, Contas a receber não circulante e a conta do passivo: Empréstimos e financiamentos.

Uma parcela significativa dessas encontra-se vinculada ao CDI, em diferentes percentuais, cujas diferenças – além da própria composição ativo/passivo, pode produzir resultados variados em razão da taxa CDI.

### **Efeitos da taxa de juros**

Em conformidade com a Lei no 9.249/95, a administração da Companhia aprovou, em reunião do Conselho de Administração, realizada em 12 de dezembro de 2013, a distribuição a seus acionistas de Juros sobre o Capital Próprio – JCP, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP).

Haja vista, o fechamento da taxa de juros Selic em 9,9% e a previsão média por parte dos especialistas da Selic em 10,91% no final de 2014 e 11,8% para 2015. Tal cenário terá impactos sobre os encargos do serviço da dívida das Debêntures emitida em maio de 2013.

### **Efeitos da taxa de câmbio**

Apresenta e apresentou baixa influência na receita e resultados das Centrais Elétricas de Santa Catarina, uma vez que não existem contratos em moeda estrangeira.

Apesar disso, o preço do dólar pode impactar, entretanto, o preço da energia comprada, visto que a energia de Itaipu é referenciada em dólar e participa em média com 16,7% do mix da Celesc Distribuição e 30% da energia total (MWh) comprada.

A taxa de câmbio tem ainda o efeito de influenciar setores industriais catarinenses, como a exemplo de 2011, quando desfavoreceu alguns setores como o setor têxtil. Tal fato trouxe diminuição no faturamento de distribuição de energia elétrica.

### **Efeitos da inflação**

Em síntese, a política do governo federal em 2013 foi de suspender a liberação de reajustes dos preços administrados e cortar impostos para controlar a inflação. Por conseguinte, o setor elétrico é afetado negativamente, pois necessita de dispor mais recursos financeiros para antecipar eventuais situações não recorrentes, característicos do setor elétrico.





### 10.3 – Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras.

#### a. introdução ou alienação de segmento operacional

A última introdução de segmento operacional nos negócios do Grupo Celesc ocorreu em setembro de 2007, com a aquisição da SCGÁS, a concessionária distribuidora de gás natural em 100% do território do Estado de Santa Catarina. A Companhia adquiriu 51% das ações ordinárias, correspondentes a 17% do Capital Social total daquela Empresa.

#### b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em junho de 2009, a Celesc aumentou sua participação na ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. ao exercer o direito de preferência na venda, por parte de um dos sócios, de ações representativas de 1,62% do capital total.

Conforme Fato Relevante publicado em 19/11/2009, a Celesc celebrou também, Contrato de Compra e Venda de Ações, para exercer o direito de preferência na aquisição de outros 9,26% do Capital Social da ECTE. Após a conclusão da operação, com a aprovação pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através da Resolução Autorizativa nº 2.416 de 25 de maio de 2010; pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e de outros órgãos financiadores, foi realizada, em 12 de novembro de 2010, a transferência para a Celesc das ações de propriedade da MDU Resources Luxembourg II LLC, S.à.r.l., que representam 9,26% do capital votante e total da Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. - ECTE, pelo valor correspondente de R\$20.163.673,71. Com a aquisição as Centrais Elétricas de Santa Catarina passaram a deter 30,88% do capital votante e total daquela empresa.

#### **Celesc Geração S.A.**

Além de investir na ampliação e repotenciação das usinas que compõem seu parque gerador, a subsidiária de geração está investindo na formação de parcerias para viabilizar projetos que visam à construção de novas usinas e na diversificação da matriz energética do Estado.

Nos últimos anos, norteadas pelo posicionamento estratégico de aumentar a capacidade de geração própria, a Empresa passou a investir na repotenciação das usinas existentes e na formação de parcerias para viabilizar projetos que visam à construção de novos empreendimentos, incluindo a diversificação da matriz energética. No mês de outubro/2012 foi divulgada a Chamada Pública 001/2012 em substituição à Chamada Pública 001/2008. Esta nova chamada tornou pública a intenção da Companhia em analisar oportunidades de parcerias em empreendimentos de geração de energia, sem limitação quanto à fonte e localização do empreendimento, que estejam alinhadas a seu referencial estratégico de missão e visão empresarial.

A empresa já participa de Sociedades de Propósito Específico – SPEs que viabilizam novos empreendimentos onde a Celesc Geração detém participação minoritária. A tabela abaixo apresenta as principais características desses empreendimentos e respectivos estágios:



USINAS	Localização	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Participação Celesc Geração	Equivalente Potência Instalada (MW)	Equivalente Garantia Física (MW)	Data prevista de entrada em operação	STATUS
PCH Rondinha	Passos Maia/SC	9,60	6,40	32,5%	3,12	2,08	Março/2014	Previsão para Março/2014
PCH Painei	São Joaquim/SC	9,20	5,52	32,5%	2,99	1,79	2016	Revisão de Projeto
PCH Campo Belo	Campo Belo do Sul/SC	10,00	6,00	30,0%	3,00	1,80	2016	Revisão de Projeto
PCH Xavantina	Xanxerê/SC	6,08	3,74	40,0%	2,43	1,50	2015	Início obras janeiro/2014
PCH Prata	Bandeirante/SC	3,00	1,68	25,0%	0,75	0,42		
PCH Belmonte	Belmonte/SC	3,60	1,84	25,0%	0,75	0,46		
PCH Bandeirante	Bandeirante/SC	3,00	1,76	25,0%	0,90	0,44		
<b>Total - MW</b>		<b>44,48</b>	<b>26,94</b>		<b>13,94</b>	<b>8,49</b>		

c. eventos ou operações não usuais

Não resulta no período a ocorrência de operações eventos ou operações não usuais.

#### 10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor.

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Em 2012 o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC emitiu, dentre outros, os seguintes pronunciamentos que afetam as atividades da Companhia em 2013:

- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.
- CPC 18 (R2) – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.
- CPC 19 (R2) – Negócios em Conjunto.

Esses pronunciamentos contábeis, aprovados pela CVM em 2012, passaram a ter sua aplicação requerida para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2013 e determinam que empreendimentos controlados em conjunto sejam registrados nas Demonstrações Financeiras da Companhia pelo Método de Equivalência Patrimonial – MEP.

As características e essência econômica da participação da Companhia caracterizam empreendimentos controlados em conjunto das investidas elencadas no quadro a seguir. Com a adoção desses novos pronunciamentos contábeis no primeiro trimestre de 2013 a Companhia deixou de consolidar proporcionalmente esses investimentos.



Controladas em Conjunto:
Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE
Campo Belo Energética S.A. (Campo Belo)
Painel Energética S.A. (Painel)
Rondinha Energética S.A. (Rondinha)
Companhia Energética Rio das Flores (Rio das Flores)
Xavantina Energética (Xavantina)
Bandeirante Energética (Bandeirante)

As informações financeiras da Companhia a partir do primeiro trimestre de 2013 apresentam a posição financeira e patrimonial, reconhecendo o resultado desses investimentos por meio de equivalência patrimonial. Além disso, para fins de comparação, as informações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2012 também reconhecem o resultado desses investimentos por meio de equivalência patrimonial.

Outra nova norma aplicada a partir de 01 de janeiro de 2013 foi o CPC 33 (R1) e IAS 19 – Benefícios a Empregados. Os principais impactos das alterações são: (i) eliminação da abordagem de corredor, (ii) reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes conforme ocorreram, (iii) reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados no resultado, e (iv) substituição do custo de participação e retorno esperado sobre os ativos do plano por um montante de participação líquida, calculado através da aplicação da taxa de desconto ao ativo (passivo) do benefício definido líquido.

A aplicação destas novas normas alterou os saldos do Balanço Patrimonial consolidado da Companhia de 1º de janeiro de 2012 e 31 de dezembro de 2012. Alterou também os saldos das Demonstrações de Resultado, Fluxo de Caixa e Valor Adicionado para os períodos findos em 31 de dezembro de 2011 e 2012, que serviram de base para comparação com os mesmos demonstrativos que são apresentados em 31 de dezembro de 2013.

### **Novas normas e interpretações**

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2013. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis – CPC.

**IFRIC 21 Taxas** – A interpretação esclareceu quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar taxas de acordo com a legislação. A obrigação somente deve ser reconhecida quando o evento que gera a obrigação ocorre. Essa interpretação é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2014.



**IFRS 9 Instrumentos Financeiros** – aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substituiu os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

#### **Mudanças nas políticas contábeis e divulgações**

Os seguintes pronunciamentos foram adotados pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2013 e tiveram impactos materiais para o Grupo.

- (i) **CPC 19 (R2)/IFRS 11** - "Negócios em Conjunto" foca nos direitos e nas obrigações das partes em conjunto ao invés do formato legal. Existem dois tipos de negócios em conjunto: operações em conjunto (*joint operations*) e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*). Operações em conjunto surgem onde os investidores têm direitos sobre os ativos e obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. O operador em conjunto deve reconhecer seus ativos, passivos, receitas e despesas. Empreendimentos controlados em conjunto surgem quando os direitos são sobre os ativos líquidos do negócio e são reconhecidos com base no método de equivalência patrimonial. Consolidação proporcional não é mais permitida.
- (ii) **CPC 26 (R1)/IAS 1** - "Apresentação das Demonstrações Contábeis". A principal mudança para 2013 é o agrupamento dos itens apresentados na "Demonstração do resultado abrangente" com base na possibilidade de serem ou não potencialmente reclassificáveis para o resultado em momento subsequente.
- (iii) **CPC 33 (R2)/IAS 19** - "Benefícios a Empregados". As seguintes mudanças ocorreram nas políticas contábeis do Grupo: o reconhecimento imediato dos custos de serviços passados, os quais são levados ao resultado do exercício independentemente de os benefícios terem sido adquiridos pelo empregado ou não; mensuração dos custos/ganhos financeiros sobre os passivos/ativos do plano de benefício definido em base líquida.
- (iv) **CPC 36 (R3)/IFRS 10** - "Demonstrações Consolidadas", baseia-se na identificação de controle como fator determinante para uma entidade ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora.
- (v) **CPC 40 (R1)/IFRS 7** - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação" - essa alteração inclui novos requisitos de divulgação sobre a compensação de ativos e passivos.



- (vi) **CPC 45/IFRS 12** - "Divulgações de Participações em Outras Entidades" incluem os requerimentos de divulgação para todas as formas de participações em outras entidades, inclusive operações em conjunto, coligadas, entidades estruturadas e outros tipos entidades-veículo não registradas no balanço.
- (vii) **CPC 46/IFRS 13** - "Mensuração do Valor Justo" tem por objetivo aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O Parecer emitido pelos Auditores Independentes não contém ressalvas, somente menciona ênfases, conforme abaixo:

### **Ênfases**

Reapresentação dos valores correspondentes: Conforme mencionado na nota explicativa 2.2.3 das Demonstrações Financeiras, em decorrência da mudança de política contábil pela entrada em vigor em 1º de janeiro de 2013 do CPC 33 (R1) e IAS 19 – Benefícios Empregados e do CPC 19 (R2) e IFRS 11 - Negócios em Conjunto, os valores correspondentes, individuais e consolidados, relativos aos balanços patrimoniais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 1º de janeiro de 2012 (derivado das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011) e os valores correspondentes relativos às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações financeiras. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

### **10.5 – Políticas Contábeis Críticas**

#### **Controladas**

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma *joint venture* ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se o Grupo tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso pode significar que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.



### **Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto**

Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais do Grupo. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras.

Os investimentos em coligadas e *joint ventures* são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento do Grupo em coligadas e *joint ventures* inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e *joint ventures* é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas do Grupo. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma coligada ou *joint venture* for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre o Grupo e suas coligadas e *joint ventures* são eliminados na proporção da participação do Grupo. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

As informações financeiras da Companhia a partir do primeiro trimestre de 2013 apresentam a posição financeira e patrimonial, reconhecendo o resultado desses investimentos por meio de equivalência patrimonial. Além disso, para fins de comparação, as informações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2012 também reconhecem o resultado desses investimentos por meio de equivalência patrimonial.

### **Apresentação de Informação por Segmentos**

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido à Diretoria-Executiva, que é o órgão principal na tomada de decisões operacionais, pela alocação de recursos e pela



avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas do Grupo.

### ***Conversão de Moeda Estrangeira***

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

### ***Caixa e Equivalentes de Caixa***

Caixa e Equivalentes de Caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

### ***Instrumentos Financeiros não Derivativos***

#### **Classificação**

O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

#### **a) Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado**

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mantidos para negociação ativa e frequente e classificados como ativos circulantes. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações de ativos financeiros mensurados ao valor justo são apresentados, na demonstração do resultado na rubrica "resultado financeiro" no período em que ocorrem.

#### **b) Empréstimos e Recebíveis**

Fazem parte dessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis classificados como ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, classificados como ativos não circulantes. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem empréstimos a coligadas; contas a receber de clientes; demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, pelo método da taxa de juros efetiva.

#### **c) Ativos Financeiros Disponíveis para Venda**

São considerados ativos financeiros disponíveis para venda os itens que não são classificados em nenhuma outra categoria. São incluídos em ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. O grupo classifica como disponível para venda os recebíveis em virtude de indenização de infraestrutura originados nos contratos de concessão de serviços públicos de transmissão e distribuição de energia.



Ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido.

### **Reconhecimento e Mensuração**

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem. As variações no valor justo de títulos monetários e não-monetários classificados como disponíveis para venda são reconhecidas em ajuste de avaliação patrimonial.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda *impairment*, os ajustes acumulados do valor justo reconhecidos no patrimônio líquido são incluídos na demonstração do resultado como "resultado financeiro".

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Caso o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não registrados em Bolsa) não estiver ativo, o Grupo estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções com o máximo de informações geradas pelo mercado e o mínimo de informações geradas pela administração da própria entidade.

Com essa análise a Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável. Havendo evidência de perda cumulativa para os ativos financeiros disponíveis para venda, mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* desse ativo financeiro previamente reconhecido no resultado, tal valor é retirado do patrimônio líquido e reconhecido na demonstração do resultado.

### **Compensação de Instrumentos Financeiros**

Ativos e Passivos Financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### **Impairment de Ativos Financeiros**

#### **a) Ativos Mensurados ao Custo Amortizado**

O Grupo avalia, no final de cada período, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente quando houver evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um evento de perda) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;





- ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- iii) o grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
  - mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
  - condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O Grupo avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado consolidada.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

#### b) Ativos Classificados como Disponíveis para Venda

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Para os títulos da dívida, o Grupo usa os critérios mencionados no item (a) acima para avaliar a evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado.

#### **Contas a Receber de Clientes**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo fornecimento e o suprimento de energia faturada e estimativa de energia fornecida não faturada no decurso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são reconhecidas ao valor faturado e deduzidas das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, que é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. Tem-se como valor da perda estimada a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.



No que se refere às contas a receber decorrentes de parcelamentos de créditos derivados da venda de energia, estas estão registradas acrescidas de encargos financeiros, calculados até a data da negociação conforme determina a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Os valores vencidos estão deduzidos como provisão para perdas conhecidas ou estimadas.

### ***Estoques***

Os estoques são compostos por materiais destinados à manutenção das operações, contabilizados pelo custo médio das compras no ativo circulante e são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor.

### ***Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferidos***

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício compreendem os tributos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente é calculado com base nas leis tributárias vigentes. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, estabelecendo provisões, quando apropriado, baseadas em valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social Diferidos são reconhecidos utilizando o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas Demonstrações Financeiras. Entretanto, não ocorrerá sua contabilização se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afetou o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O Imposto de Renda e a Contribuição Social Diferidos são calculados com base na legislação tributária vigente na data do balanço devendo ser aplicadas quando o respectivo tributo diferido ativo for realizado ou quando o tributo diferido passivo for liquidado.

O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos registrados no ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas e coligadas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.



### **Depósitos Judiciais**

Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a entidade.

### **Imobilizado**

O imobilizado compreende, principalmente, reservatórios, barragens, adutoras, edificações, obras civis e benfeitorias. É reconhecido inicialmente ao valor justo e posteriormente mantido ao seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- a) o custo de materiais e mão de obra direta;
- b) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- c) os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que existam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos será revertido. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais de imobilizado).

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. A depreciação inicia-se a partir da data em que são instalados e que estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Os terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

<b>Administração</b>	<b>Percentuais (%)</b>
Edificações	4,0
Equipamento Geral	10,0
Veículos	20,0

  

<b>Geração</b>	<b>Percentuais (%)</b>
Edificações	2,0 a 4,0
Turbina Hidráulica	2,5
Gerador	3,3
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2,0



Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

### **Intangíveis**

Os intangíveis são demonstrados pelo custo combinado conforme abaixo:

- a) Os intangíveis são valorizados ao custo de aquisição e/ou construção, incluindo juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos elegíveis. Dependendo da natureza do ativo e do tempo de sua aquisição, o custo se refere ao custo histórico de aquisição ou do seu montante anteriormente escriturado segundo as práticas brasileiras adotadas anteriores a adoção do ICPC 01.
- b) As obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica contemplam os pagamentos efetuados com o objetivo de contribuir na execução de projetos de expansão necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia e são registrados nas demonstrações financeiras como redutora dos ativos intangíveis.

### **Contratos de Concessões**

As infraestruturas de distribuição de energia elétrica utilizadas pelo Grupo, sujeitas a acordos de concessão de serviço, são consideradas para ser controladas pelas entidades concedentes quando:

- a) a entidade concedente controla ou regulamenta quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem devem ser prestados e o seu preço;
- b) a entidade concedente controla, por meio da titularidade, usufruto ou de outra forma qualquer, participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo de concessão.

Os direitos sobre as infraestruturas, operadas sob regime de concessão são contabilizados como um ativo intangível quando o Grupo tem o direito de cobrar pelo uso dos ativos de infraestrutura, e os usuários (consumidores) têm a responsabilidade de pagar pelos serviços do Grupo.

O valor justo de construção e outros trabalhos na infraestrutura representam o custo do ativo intangível e é reconhecido como receita quando a infraestrutura é construída, desde que este trabalho gere benefícios econômico futuros.

Os ativos intangíveis de contratos de concessão são amortizados numa base linear durante o período do contrato ou vida útil do bem a que estiver atrelado, dos dois o menor.

### **Ágio**

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "ativo intangível".

Anualmente é efetuada a identificação de indício de *impairment* do ágio e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas em períodos subsequentes.



O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa – UGCs para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

### **Programas de Computador – softwares**

Licenças adquiridas de *softwares* são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- i. É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso.
- ii. A administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo.
- iii. O *software* pode ser vendido ou usado.
- iv. Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros.
- v. Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*.
- vi. O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de *softwares* e a parte adequada das despesas gerais relacionadas.

Os gastos com o desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis.

### **Uso do Bem Público – UBP**

São os valores contratados relativos ao direito do uso de bem público para exploração do potencial de energia hidráulica, decorrentes de contratos de concessão onerosa com a União, demonstrados ao custo amortizado e atualizados pelas taxas de juros ou índices contratuais incorridos até a data do balanço, ajustados a valor presente, com base em uma taxa de desconto aprovada pela diretoria da Companhia.

O UBP, instituído pela Lei Federal no 9.074, de 07 de julho de 1995 e alterações, é um fundo de propriedade da União constituído por recursos provenientes dos pagamentos pela concessão, ou autorização, outorgada a produtores independentes para geração de energia elétrica.

Para os bens integrantes da infraestrutura de geração vinculados aos contratos de concessão (uso do bem público) assinados após 2004, sob a égide da Lei no 10.848, de 15 de março de 2004 (novo marco regulatório), que não tenham direito à indenização no final do prazo da concessão no processo de reversão dos bens ao poder concedente, esses bens, incluindo terrenos, devem ser amortizados com base na vida útil econômica de cada bem ou no prazo da concessão, dos dois o menor, ou seja, a amortização está limitada ao prazo da concessão.



### **Ativo Financeiro de Concessão – Indenizável**

Refere-se a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber indenização diretamente pelo poder concedente decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão.

É importante ressaltar que este não é um ativo financeiro como os demais ativos comparáveis e disponíveis no mercado, mas um ativo que é derivado e intrinsecamente vinculado à infraestrutura existente da Companhia, suscetível a variações decorrentes de mudanças no ambiente regulatório e no preço das *commodities* relacionadas à infraestrutura.

A partir de 2012, com o advento da MP nº 579/2012 (convertida na Lei nº 12.783/2013), o ativo financeiro de concessão de distribuição é mensurado pelo VNR (valor novo de reposição), o qual foi homologado pela ANEEL no 3º ciclo de revisão tarifária, finalizado em agosto de 2012. Salienta-se que a revisão tarifária da Celesc D ocorre a cada quatro anos, e somente nessa data a Base de Remuneração é homologada pela ANEEL através do VNR (valor novo de reposição) depreciado. Nos períodos entre as datas de Revisão Tarifária, a Administração atualiza o ativo financeiro, utilizando o critério determinado pela ANEEL para atualização da Base de Remuneração entre os períodos de revisão, ou seja, aplica o IGP-M como fator de atualização do valor justo da Base de Remuneração.

### **Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros**

O imobilizado e outros ativos não financeiros, inclusive o ágio e os ativos intangíveis, são revistos anualmente buscando identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, quando eventos ou alterações indicarem que o valor contábil possa não ser recuperável. Nesse caso, o valor recuperável é calculado para verificar a ocorrência de perda. Havendo perda, ela é reconhecida no resultado pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

### **Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por fornecimento de energia, encargos de uso da rede elétrica, materiais e serviços adquiridos ou utilizados no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas no valor da fatura correspondente.

### **Empréstimos**

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados, líquidos dos custos da transação, e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como Passivo Circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 (doze) meses após a data do balanço.



Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

### **Debêntures**

A emissão de Debêntures, não conversíveis em ações, destina-se exclusivamente para reforço de capital de giro e realização de Investimentos.

### **Provisões**

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e que uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

### **Benefícios a Empregados e Ex-empregados**

#### **a) Obrigações de Pensão**

O Grupo tem planos de benefício definido. Os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

O passivo relacionado aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano. A obrigação do benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrerem.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado.

Para os planos de contribuição definida, a Companhia paga contribuições a planos de pensão de administração pública ou privada em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

#### **b) Outros Benefícios**

A Companhia oferece aos seus empregados que já adquiriram o direito de se aposentar e aos seus pensionistas benefícios de plano de saúde. O direito a esses benefícios é concedido para o empregado que permanece trabalhando até a idade de aposentadoria. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de



ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em outros componentes do resultado abrangente. Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes e qualificados.

#### c) Benefícios de rescisão

Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o vínculo empregatício é encerrado pelo Grupo antes da data normal de aposentadoria, ou sempre que um empregado aceitar a demissão voluntária em troca desses benefícios, tais como: Programa de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI, Programa de Demissão Voluntária – PDV, Plano Pecúlio (para todos os empregados na ativa e para os aposentados por invalidez), Auxílio Deficiente, Auxílio Funeral e Benefício Mínimo a Aposentadoria, o qual é pago sempre que o vínculo empregatício é encerrado antes da data normal de aposentadoria.

No caso de uma oferta efetuada para incentivar a demissão voluntária, os benefícios de rescisão são mensurados com base no número de empregados que, segundo se espera, aceitarão a oferta. Os benefícios que vencerem após 12 (doze) meses da data do balanço são descontados a valor presente.

#### d) Participação nos Lucros e Resultados – PLR

O reconhecimento dessa participação é provisionado mensalmente e, após o encerramento do exercício, o valor é corrigido conforme a efetiva realização das metas estabelecidas entre a Companhia e seus empregados. O Grupo reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

### **Outros Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes**

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

### **Distribuição de Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio**

São reconhecidos como passivo no momento em que os dividendos são aprovados pelos acionistas da Companhia. O Estatuto Social da Companhia prevê que, no mínimo, 25% do lucro anual ajustado sejam distribuídos como dividendos; portanto, a Companhia registra provisão, no encerramento do exercício social, no montante do dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito acima. Valores acima do mínimo obrigatório, somente são provisionados quando aprovados em Assembleia Geral Ordinária – AGO pelos acionistas. O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido diretamente no resultado.

### **Capital Social**

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos.

### **Reconhecimento de Receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento e suprimento de energia faturada, estimativa de energia fornecida e não faturada no curso normal das atividades do Grupo. É apresentada líquida





dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre empresas do Grupo.

O Grupo reconhece a receita quando:

- a) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- b) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e
- c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo.

O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

#### a) Fornecimento de Energia Elétrica

Destina-se à contabilização da receita faturada e não faturada correspondente ao fornecimento de energia elétrica, assim como dos ajustes e adicionais específicos.

#### b) Disponibilidade da Rede Elétrica

São contabilizadas as receitas derivadas da disponibilização do sistema de distribuição pela própria Concessionária por meio de suas atividades.

#### c) Suprimento de Energia Elétrica

Destina-se à contabilização da receita proveniente do suprimento de energia elétrica ao revendedor, bem como dos ajustes e adicionais específicos.

#### d) Receita de Construção

Refere-se à contabilização da receita de construção de infraestrutura proveniente dos contratos de concessão do Grupo, a qual é reconhecida tomando como base a proporção do plano de investimento de cada concessionária.

Em virtude da terceirização dessa atividade com partes não relacionadas, o Grupo considera a margem de construção irrelevante, e, dessa forma, não a utiliza no reconhecimento da receita de construção.

#### e) Receita Financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda por *impairment* é identificada em relação a uma conta a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento.

Subsequentemente os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa de juros efetiva utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

#### f) Receita de Dividendos



A receita de dividendos é reconhecida quando o direito de receber o pagamento é estabelecido.

#### 10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

*a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.*

A Diretoria entende que a Companhia pratica níveis adequados de controles internos de forma a assegurar a confiabilidade dos seus relatórios financeiros e contábeis. Os aspectos do relatório que forem julgados pertinentes pela administração são imediatamente encaminhados à área responsável que elabora o plano de ação monitorado pelo diretor responsável.

Em matéria de controle interno o grupo dispõe de áreas adequadas com a missão de verificar a eficiência dos processos e a correção das informações, assegurando o cumprimento das normas internas e externas.

As Centrais Elétricas de Santa Catarina tem suas contas auditadas tanto pela auditoria independente, quanto pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, além, naturalmente, pelos competentes órgãos reguladores Federal (Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL) e Estadual (Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina – AGESC).

*b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente*

A Diretoria avalia detalhadamente as recomendações elaboradas pelos auditores independentes quando do recebimento do relatório que aborda os controles internos da Companhia, apurando as oportunidades de melhorias nos aspectos do relatório que forem julgados pertinentes pela administração. Cumpre destacar que não existem deficiências relevantes que possam vir a prejudicar a confiabilidade das demonstrações financeiras das Centrais Elétricas de Santa Catarina.

#### 10.7 – Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

Não houve oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos três exercícios anteriores.

#### 10.8 – Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

*a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off - balance sheet itens):*

- (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos;
- (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos;



(iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços;

(iv) contratos de construção não terminada.

Em 2013, a Celesc G conclui a principal obra de expansão de seu parque gerador, a ampliação da Usina Pery, localizada no rio Canoas, no município de Curitiba. Com a repotenciação, a potência instalada da usina passou de 4,4 MW para 30,0 MW, um marco que simbolizou a retomada da Celesc G nos grandes empreendimentos de geração de energia. A obra contou com um novo circuito de geração, com duas unidades geradoras de 12,8 MW cada, com uma nova subestação 13,8/138kV e uma linha de transmissão em 138kV de 19,2 km de extensão, ligando a Usina Pery à Subestação Curitiba, de propriedade da Celesc Distribuição.

(v) contratos de recebimentos futuros de financiamento;

Não existem itens relevantes que não estejam evidenciados nas demonstrações financeiras do Exercício Social encerrado em 31.12.2013.

*b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras*

Não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2008, não havia nenhum pronunciamento específico referente às exigências da contabilização de garantias, e, portanto, a emissão de garantias não era necessariamente registrada nas demonstrações financeiras.

Com a adoção dos pronunciamentos que tratam sobre reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de instrumentos financeiros (CPC 38, CPC 39 e CPC 40) a partir de 1º de janeiro de 2009, a companhia passou a registrar as garantias emitidas superiores a sua participação nos empreendimentos controlados em conjunto.

Desta forma, não há itens relevantes desta natureza não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor;

A expectativa de aumento da receita com a conclusão e entrada em operação da PCH Pery será de 1,4 milhões mensais.

b) natureza e o propósito da operação;

**Geração e Venda de energia elétrica.**

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.



As obrigações oriundas e direitos gerados se equivalem.

#### 10.10 - Planos de Negócios

a) investimentos, incluindo:

(i) *descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;*

Em que pese o crescimento do mercado e suas características fortemente favoráveis, em 2013, a Celesc Distribuição viu-se impelida a diminuir o ritmo dos investimentos devido a fortes indisponibilidades financeiras oriundas do custo com a energia comprada. Nesse sentido, o setor representativo mais afetado foi o de distribuição de energia, com diminuição nos montantes investidos.

A Celesc Geração investiu em 2013 o montante de R\$30,9 milhões, volume 26,20% inferior ao realizado em 2012 de R\$41,9 milhões. A redução no volume de investimentos está atrelada a publicação da MP nº 579/12, que impediu a aprovação dos projetos de repotenciação que estavam em vias de serem autorizados na ANEEL. Apesar dessas dificuldades, que não viabilizaram o início das obras de ampliação das Usinas Celso Ramos e Salto, foi dada continuidade à ampliação da Usina Pery. Os recursos investidos em participações somaram R\$12,5 milhões, volume 72,74% superior a R\$7,3 milhões investidos em 2012.

(ii) *fontes de financiamento dos investimentos;*

Apresenta-se abaixo o programa de investimento resumido e o respectivo quadro de recursos.

##### a) Programa de Investimentos

Programas	Valores (R\$ mil)
Distribuição de Energia Elétrica	172.500
Geração de Energia	44.961
Telecomunicação da Distribuição	5.290
Comercialização de Energia	33.400
Tecnologia da Informação	25.310
Edificações e Mobiliários	3.253
Veículos	5.353
Outros	4.670
<b>Total</b>	<b>294.736</b>



#### **b) Origem dos Recursos**

<b>Origem</b>	<b>Valores (R\$ Mil)</b>
Recursos de Terceiros	192.933
Recursos Próprios	101.803
<b>Total</b>	<b>294.736</b>

*(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos;*

Não aplicável em razão de não estar, em andamento, desinvestimento relevante, bem como não haver previsão de desinvestimentos futuros.

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor;

c) novos produtos e serviços:

*(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;*

*(ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;*

*(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados;*

*(iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.*

Não aplicável em razão de não haver novos produtos e serviços em andamento.

#### **10.11 - Outros fatores com influência relevante**

**10.12 - Comentários dos diretores sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.**

Não existem outros fatores que influenciam de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não foram mencionados nesta seção.



## Proposta de Orçamento de Capital

Em conformidade com a Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, abaixo se encontra demonstrada a proposta de orçamento de capital para o ano de 2013, da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A, tendo sua origem de recursos vinculada a financiamentos, geração de caixa e retenção de lucros, conforme artigo 196 da Lei 6.404/76.

### Programa de Investimentos

PROGRAMAS	VALORES (R\$ MIL)
Distribuição Energia Elétrica	172.500
Geração de Energia	44.961
Telecomunicação	5.290
Comercialização de Energia	33.400
Tecnologia da informação	25.310
Edificação e Mobiliários	3253
Veículos	5.353
Outros	4.670
<b>TOTAL</b>	<b>294.736</b>

### Origem dos Recursos

ORIGEM	VALORES (R\$ MIL)
Recursos de Terceiros	42.933
Recursos Próprios, oriundos de retenção de lucros e geração de caixa das operações da Companhia	251.803
<b>TOTAL</b>	<b>294.736</b>



**INFORMAÇÕES DOS CANDIDATOS A MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO FISCAL**  
**INSTRUÇÃO CVM Nº. 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009 E INSTRUÇÃO CVM Nº. 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009**  
**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – ITEM 12.6 A 12.10 DO ANEXO 24**

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**12.6. Informações Candidato a Membro Efetivo do Conselho de Administração:**

**Nome: Antônio Marcos Gavazzoni**

Idade: 39

Profissão: Advogado

CPF: 827.189.469-20

Cargo eletivo a ocupar: Membro Efetivo

Data de Convocação da Assembléia para eleição: 30 de abril de 2014

Data prevista da posse: 09 de maio de 2014

Prazo do mandato: 1 ano

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Diretor Presidente da Controladora e das Subsidiárias Integrais até janeiro de 2013.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: O indicado será eleito pelo controlador.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

O indicado é/será membro do Comitê de Assuntos Estratégicos e Comercial do Conselho de Administração.

12.8.a Currículo contendo dados abaixo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome da empresa, cargo e funções inerentes ao cargo, atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as, sociedades ou organizações



que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia

2005 a 2006 - Procurador Geral do Município de Chapecó/SC

2007 a 2008 - Secretário de Estado da Administração do Governo do Estado de Santa Catarina

2009 a 2010 - Secretário de Estado da Fazenda do Governo do Estado de Santa Catarina

2011 – 2013 - Diretor Presidente da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

2013- Secretário de Estado da Fazenda do Governo do Estado de Santa Catarina

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Não se aplica

12.8.b descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos :

i. qualquer condenação criminal

Não houve.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

Não houve.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não houve.

12.9. Não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor

b. administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. O indicado não é conselheiro em sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia

b. O indicado não possui relação com o controlador direto ou indireto da Companhia





c. Não possui qualquer relação com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoa.

**12.6. Informações Candidato a Membro Efetivo do Conselho de Administração:**

**Nome: Cleverson Siewert**

Idade: 37 anos

Profissão: Engenheiro Civil

CPF: 017.452.629-62

Cargo eletivo a ocupar: Membro Efetivo

Data de Convocação da Assembléia para eleição: 30 de abril de 2014

Data prevista da posse: 09 de maio de 2014

Prazo do mandato: 1 ano

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: indicado eleito pelo controlador

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

O indicado será membro do Comitê de assuntos estratégicos e comercial do Conselho de Administração

12.8. Currículo contendo dados abaixo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome da empresa, cargo e funções inerentes ao cargo, atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as, sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia

2005-2007 Secretário Executivo do Fundo de Desenvolvimento Social – FUNDOSOCIAL

2007-2010 Diretor do Tesouro do Estado de Santa Catarina

2010-2011 Secretario da Fazenda do estado de Santa Catarina

2010-2013 Diretor Técnico da Celesc Distribuição S/A



2013 Diretor Presidente da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. e suas subsidiárias integrais Celesc Distribuição S.A. e Celesc Geração S.A.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Não se aplica

12.8.b descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos :

i. qualquer condenação criminal

Não houve.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

Não houve.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não houve.

12.9. Não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor

b. administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. O indicado não é conselheiro em sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia

b. O indicado não possui relação com o controlador direto ou indireto da Companhia

c. Não possui qualquer relação com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoa.

12.6. Informações Candidato a Membro Efetivo do Conselho de Administração:

**Nome: Andriei José Beber**



Idade: 39

Profissão: Engenheiro Civil

CPF: 014.789.149-39

Cargo eletivo a ocupar: Membro Efetivo

Data de Convocação da Assembléia para eleição: 30 de abril de 2014

Data prevista da posse: 09 de maio de 2014

Prazo do mandato: 1 ano

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: O indicado será eleito pelo controlador.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

**Não se aplica.**

12.8.a Currículo contendo dados abaixo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome da empresa, cargo e funções inerentes ao cargo, atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as, sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

1999/2003 – Professor do Curso de Engenharia Civil da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

2004/2010 – Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Manutenção Predial na Universidade do Vale do Itajaí.

2006/2013 – Professor do Programa de Pós-Graduação FGV Management na Fundação Getúlio Vargas.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

**Não se aplica**

12.8.b descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos :

i. qualquer condenação criminal

**Não houve.**

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;



Não houve.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não houve.

12.9. Não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor

b. administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. O indicado não é conselheiro em sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia

b. O indicado não possui relação com o controlador direto ou indireto da Companhia

c. Não possui qualquer relação com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoa.

12.6. Informações Candidato a Membro Efetivo do Conselho de Administração:

**Nome: Derly Massaud de Anunciação**

Idade: 61

Profissão: Administrador de Empresas e Jornalista

CPF: 130.645.500-63

Cargo eletivo a ocupar: Membro Efetivo

Data de Convocação da Assembléia para eleição: 30 de abril de 2014

Data prevista da posse: 09 de maio de 2014

Prazo do mandato: 1 ano

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não



Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: indicado pelo controlador

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

O indicado é/será membro do Comitê de Recursos Humanos do Conselho de Administração

12.8.a Currículo contendo dados abaixo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome da empresa, cargo e funções inerentes ao cargo, atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as, sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

02.01.2003 até março de 2012 foi Secretário de Estado da Comunicação do Governo de Santa Catarina.

Março de 2012 até 2013 foi Secretário de Estado da Casa Civil do Governo de Santa Catarina.

Março de 2013 até presente data é Secretário de Estado da Comunicação do Governo de Santa Catarina

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Não se aplica

12.8.b descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos :

i. qualquer condenação criminal

Não houve.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

Não houve.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não houve.

12.9. Não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor

b. administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor



c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. O indicado não é conselheiro em sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia

b. O indicado possui relação com o controlador direto ou indireto da Companhia

c. Não possui qualquer relação com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoa.

12.6. Informações Candidato a Membro Efetivo do Conselho de Administração:

**Nome: Milton de Queiroz Garcia**

Idade: 51

Profissão: Advogado

CPF: 443.311.009-44

Cargo eletivo a ocupar: Membro Efetivo

Data de Convocação da Assembléia para eleição: 30 de abril de 2014

Data prevista da posse: 09 de maio de 2014

Prazo do mandato: 1 ano

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: indicado pelo controlador

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

O indicado é/será membro do Comitê de Recursos Humanos do Conselho de Administração

12.8.a Currículo contendo dados abaixo:



i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome da empresa, cargo e funções inerentes ao cargo, atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as, sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

Empregado e Advogado da Celesc Distribuição S.A.

Assistente e Assessor da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

2007 até a presente data - Presidente da Fundação Celesc de Seguridade Social.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Não se aplica

12.8.b descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos :

i. qualquer condenação criminal

Não houve.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

Não houve.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não houve.

12.9. Não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor

b. administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. O indicado não é conselheiro em sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia

b. O indicado possui relação com o controlador direto ou indireto da Companhia



c. Não possui qualquer relação com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoa.

12.6. Informações Candidato a Membro Efetivo do Conselho de Administração:

**Nome: Pedro Bittencourt Neto**

Idade: 58

Profissão: Advogado

CPF: 224.528.699-53

Cargo eletivo a ocupar: Membro Efetivo

Data de Convocação da Assembléia para eleição: 30 de abril de 2014

Data prevista da posse: 09 de maio de 2014

Prazo do mandato: 1 ano

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: indicado pelo controlador

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

O indicado é/será membro do Comitê Jurídico e de Auditoria do Conselho de Administração

12.8.a Currículo contendo dados abaixo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome da empresa, cargo e funções inerentes ao cargo, atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as, sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

Advogado;

Funcionário do Setor de Financiamento da FLORISA;

Diretor Comercial de Alô Representações e Comércio LTDA.;

Responsável pelo Setor de Produção da OBA – Organizações Bittencourt de Alimentos S/A;





Procurador Diretor-Administrativo da OBA – Organizações Bittencourt de Alimentos S/A;

Assessor Técnico Legislativo;

Assessor da Presidência da Assembléia Legislativa de Santa Catarina;

Secretário Parlamentar.

2005 até atualmente – Conselheiro de Administração da CASAN e CELESC

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

2005 até atualmente – Conselheiro de Administração da CELESC

12.8.b descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos :

i. qualquer condenação criminal

Não houve.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

Não houve.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não houve.

12.9. Não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor

b. administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. O indicado é conselheiro em sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia

b. O indicado possui relação com o controlador direto ou indireto da Companhia

c. Não possui qualquer relação com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoa.



12.6. Informações Candidato a Membro Efetivo do Conselho de Administração:

**Nome: Marcelo Gasparino da Silva**

Idade: 43

Profissão: Advogado

CPF: 736.722.709-20

Cargo eletivo a ocupar: Membro Efetivo

Data de Convocação da Assembléia para eleição: 30 de abril de 2014

Data prevista da posse: 09 de maio de 2014

Prazo do mandato: 1 ano

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia:

Diretor Jurídico da Empresa no período de 2007 a 2009

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: O indicado será eleito pelo controlador.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

O indicado é/será membro do Comitê Jurídico e de Auditoria do Conselho de Administração.

12.8.a Currículo contendo dados abaixo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome da empresa, cargo e funções inerentes ao cargo, atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as, sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

Junho de 2004 – atual - Fundação Getúlio Vargas – FGV- Consultor para Santa Catarina do Prêmio Inovare - O Judiciário do Século XXI

2007 – 2008 - Membro do Conselho Diretor da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADDEE

2007 - 2008 - Secretário Geral-Adjunto da Caixa de Assistência dos Advogados de Santa Catarina – CAASC



2007 – 2009 - Diretor Jurídico-Institucional da Centrais Elétricas de Santa Catarina, Celesc Distribuição S.A e Celesc Geração S.A

2009-2014 – Presidente do Escritório Gasparino, Fabro, Lebarbenchon, Roman, Sachet & Marchiori Sociedade de Advogados

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

12.8.b descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos :

i. qualquer condenação criminal

Não houve.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

Não houve.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não houve.

12.9. Não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor:

b. administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. O indicado é conselheiro em sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia

Conselheiro de Administração nas Empresas: Centrais Elétricas Brasileiras S.A; Usiminas S.A; Tecnisa S.A e Companhia de Gás de Santa Catarina S. A

b. O indicado possui relação com o controlador direto ou indireto da Companhia

c. Não possui qualquer relação com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoa.



## CONSELHO FISCAL

12.6. Informações Candidato a Membro Efetivo do Conselho Fiscal:

**Nome: Luiz Hilton Temp**

Idade: 61

Profissão: Economista

CPF: 143.450.300-30

Cargo eletivo a ocupar: Membro Efetivo

Data de Convocação da Assembléia para eleição: 30 de abril de 2014

Data prevista da posse: 10 de maio de 2014

Prazo do mandato: 1 ano

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: não

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: O indicado será eleito pelo controlador.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

O indicado é/será membro do Comitê Financeiro

12.8.a Currículo contendo dados abaixo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome da empresa, cargo e funções inerentes ao cargo, atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as, sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

Diretor Administrativo e Financeiro das Aurora Alimentos

Diretor Comercial da Aurora Alimentos

Presidente da Cooperativa A1 de Palmitos



Conselheiro Fiscal da Celesc S.A.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Não houve.

12.8.b descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos :

i. qualquer condenação criminal

Não houve.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

Não houve.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não houve.

12.9. Não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor:

b. administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. O indicado não é conselheiro em sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia

b. O indicado possui relação com o controlador direto ou indireto da Companhia

c. Não possui qualquer relação com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoa.

12.6. Informações Candidato a Membro Suplente do Conselho Fiscal:

**Nome: Djalma de Souza Coutinho**

Idade: 56



Profissão: empresário e Administrador Público

CPF: 065.630.409-00

Cargo eletivo a ocupar: Suplente

Data de Convocação da Assembléia para eleição: 30 de abril de 2014

Data prevista da posse: 10 de maio de 2014

Prazo do mandato: 1 ano

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: não

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: O indicado será eleito pelo controlador.

12.8.a Currículo contendo dados abaixo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome da empresa, cargo e funções inerentes ao cargo, atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as, sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

Diretor Financeiro da Secretaria da Casa Civil do Estado de SC .

Diretor Administrativo e Financeiro da Secretaria da Educação do Governo do Estado de SC .

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Não se aplica

12.8.b descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos :

i. qualquer condenação criminal

Não houve.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

Não houve.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não houve

12.9. Não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor



- b. administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a. O indicado não é conselheiro em sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia
- b. O indicado possui relação com o controlador direto ou indireto da Companhia
- c. Não possui qualquer relação com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoa.

12.6. Informações Candidato a Membro Efetivo do Conselho Fiscal:

**Nome: Antonio Ceron**

Idade: 68

Profissão: Técnico em contabilidade, empresário

CPF: 021.394.809-53

Cargo eletivo a ocupar: Membro Efetivo

Data de Convocação da Assembléia para eleição: 30 de abril de 2014

Data prevista da posse: 10 de maio de 2014

Prazo do mandato: 1 ano

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: O indicado será eleito pelo controlador.

12.8.a Currículo contendo dados abaixo:

- i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome da empresa, cargo e funções inerentes ao cargo, atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as, sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.



- Deputado Estadual de 1998 a 2010
  - Conselheiro de Administração da Companhia Catarinense de águas e Saneamento de Santa Catarina – CASAN
  - Conselheiro de Administração do Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE
  - Secretário de Estado da Agricultura do Governo de Santa Catarina – 2007/2011
  - Secretário de Estado da Casa Civil do Governo de Santa Catarina – 2011/2012
- ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas
- Conselheiro de Administração da Companhia Catarinense de águas e Saneamento de Santa Catarina – CASAN

12.8.b descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos :

i. qualquer condenação criminal

Não houve.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

Não houve.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não houve

12.9. Não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor

b. administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. O indicado não é conselheiro em sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia

b. O indicado possui relação com o controlador direto ou indireto da Companhia





c. Não possui qualquer relação com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoa.

12.6. Informações Candidato a Membro Suplente do Conselho Fiscal:

**Nome: André Agustini Moreno**

Idade: 34

Profissão: Advogado

CPF: 967.132.169-00

Cargo eletivo a ocupar: Suplente

Data de Convocação da Assembléia para eleição: 30 de abril de 2014

Data prevista da posse: 10 de maio de 2014

Prazo do mandato: 1 ano

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: não

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: O indicado será eleito pelo controlador.

12.8. Currículo contendo dados abaixo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome da empresa, cargo e funções inerentes ao cargo, atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as, sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

Senado Federal – Assessor de Gabinete

Prefeitura Municipal de Curitiba – Assessor de Gabinete

Estado de Santa Catarina – Consultor Geral do gabinete do Governador

12.9. Não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor

b. administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor



d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a. O indicado não é conselheiro em sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia
- b. O indicado possui relação com o controlador direto ou indireto da Companhia
- c. Não possui qualquer relação com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoa.

12.6. Informações Candidato a Membro Efetivo do Conselho Fiscal:

**Nome: Paulo da Paixão Borges de Andrade**

Idade: 56

Profissão: Advogado

CPF: 294.966.169-68

Cargo eletivo a ocupar: Membro Efetivo

Data de Convocação da Assembléia para eleição: 30 de abril de 2014

Data prevista da posse: 10 de maio de 2014

Prazo do mandato: 1 ano

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: não

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: sim

12.8.a Currículo contendo dados abaixo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome da empresa, cargo e funções inerentes ao cargo, atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as, sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

**Advogado**

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

**Não houve.**



12.8.b descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos :

i. qualquer condenação criminal

Não houve.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

Não houve.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não houve

12.9. Não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor

b. administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. O indicado não é conselheiro em sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia

b. O indicado possui relação com o controlador direto ou indireto da Companhia

c. Não possui qualquer relação com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoa.

12.6. Informações Candidato a Membro Suplente do Conselho Fiscal:

**Nome: Adolar Bekendorf**

Idade: 6970

Profissão: Bacharel em Filosofia e Técnico em Contabilidade

CPF: 001.754.719-91



Cargo eletivo a ocupar: Suplente

Data de Convocação da Assembléia para eleição: 30 de abril de 2014

Data prevista da posse: 10 de maio de 2014

Prazo do mandato: 1 ano

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: não

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: O indicado será eleito pelo controlador.

12.8. Currículo contendo dados abaixo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome da empresa, cargo e funções inerentes ao cargo, atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as, sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

Suplente de Conselheiro Fiscal da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Suplente de Conselheiro Fiscal da Celesc Distribuição S.A.

Suplente de Conselheiro Fiscal da Celesc Geração S.A.

12.9. Não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor

b. administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. O indicado não é conselheiro em sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia

b. O indicado possui relação com o controlador direto ou indireto da Companhia

c. Não possui qualquer relação com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoa.



## **INFORMAÇÕES ACERCA DA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES**

**INSTRUÇÃO CVM Nº. 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009 E INSTRUÇÃO CVM Nº. 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009**

### **FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – ITEM 13 DO ANEXO 24**

#### 13. Remuneração dos Administradores

A proposta de remuneração ora apresentada se refere ao período compreendido entre a Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 30.04.2014 até a AGO de 2015, com o montante de até R\$ **7.929.586,49** para a remuneração dos Administradores, já incluídos neste valor, para os Diretores, Salário (honorários), Décimo Terceiro Salário, férias, Abono Constitucional, Abono Pecuniário, INSS, FGTS, Previdência Privada (somente para Diretores Empregados da Empresa), Plano Odontológico e Plano de Saúde, Seguro de Vida em Grupo e Participação nos Resultados.

##### 13.1 Política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e Comitês

###### a) objetivos da política ou prática de remuneração

A política de remuneração tem como objetivo assegurar a atração e retenção de profissionais qualificados e incentivar o alcance dos objetivos e a superação de metas, visando à satisfação dos clientes, expansão dos negócios e retorno aos acionistas.

Conforme estabelecem a Lei das Sociedades Anônimas e o Estatuto Social da Companhia, a Assembleia Geral define o montante global para remuneração dos Administradores e do Conselho Fiscal.

No tocante à remuneração mensal individual, consoante determina o Estatuto Social os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal percebem respectivamente o equivalente a 20% e 15% da remuneração que, em média, perceber Diretor da Companhia.

Os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal não recebem remuneração variável, percebendo somente o reembolso legal e obrigatório das despesas de locomoção aérea ou terrestre e hospedagem necessárias ao comparecimento às reuniões e ao desempenho de suas funções.

A remuneração individual dos Diretores, tanto a parcela fixa quanto a variável (PLR) é fixada pelo Conselho de Administração, nos termos do artigo 26, § 1º, XIII do Estatuto Social.

A Companhia não oferece benefícios indiretos aos administradores e membros do Conselho Fiscal.



b) composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles;

#### **Remuneração da Diretoria Executiva**

**Remuneração Direta:** representa a remuneração fixa, honorário mensal.

**Remuneração Variável:** Participação nos Lucros e Resultados.

#### **Remuneração do Conselho de Administração**

**Remuneração Direta:** representa a remuneração fixa, honorário mensal.

#### **Remuneração do Conselho Fiscal**

**Remuneração Direta:** representa a remuneração fixa, honorário mensal.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total;

Diretoria - Remuneração Fixa: 76% e Remuneração Variável: 24%

Conselho de Administração - Remuneração Fixa: 100%

Conselho Fiscal - Remuneração Fixa: 100%

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração;

Não há na companhia metodologia de cálculo de reajuste para remuneração dos administradores.

O montante global da remuneração dos administradores é aprovado pela Assembléia Geral, e posteriormente individualizada pelo Conselho de Administração, com base nas melhores práticas de mercado e com objetivo de garantir o cumprimento do plano de negócio da companhia.

iv. razões que justificam a composição da remuneração.

Garantir a competitividade e atratividade da companhia.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração



O Modelo proposto pelo Contrato de Gestão e Resultados para distribuição da Participação nos Lucros e Resultados é constituído através de avaliação de Índices de Desempenho Corporativo- IDC e o Índice de Desempenho Individual – IDI obtidos por cada Diretoria.

Cada Diretor terá seu desempenho avaliado conforme as perspectivas financeiras, clientes - geração de valor, processos internos e aprendizagem e crescimento.

Cada perspectiva é desdobrada em objetivos e estes, por sua vez, em indicadores. Os indicadores podem ser comuns a todas as Diretorias (compondo o IDC) ou específicos de uma única Diretoria (compondo o IDI).

O Contrato de Gestão e Resultados de cada Diretoria é composto por até 10 indicadores com peso específico, somando sempre cem por cento em seu conjunto.

Para fins de Participação nos Lucros e resultados, foi definido um gatilho de 70% da Margem EBITDA estabelecida para o ano. A partir do atingimento do gatilho, o Índice de Desempenho Corporativo- IDC e o Índice de Desempenho Individual – IDI serão aferidos para cada Diretoria conforme metodologia de desempenho específico.

d) estrutura da remuneração para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

No início do ano subsequente ao exercício e após a apuração dos resultados financeiros da companhia, os valores obtidos pelos indicadores determinam a remuneração variável, dentro dos parâmetros pré-fixados.

e) relação entre a política ou prática de remuneração e os interesses da Companhia

A prática de remuneração utilizada pela companhia é baseada em valores fixos e eventualmente variáveis. A remuneração fixa garante a competitividade e atratividade de profissionais altamente qualificados, já a variável é estabelecida com base em indicadores de desempenho e paga aos Diretores.

f) Remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

A remuneração é suportada pela própria companhia.

g) remunerações ou benefícios vinculados à ocorrência de eventos societários

Não há remunerações ou benefícios vinculados à ocorrência de eventos societários.

13.2 Remuneração do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria da Companhia e remuneração prevista para o exercício social de 2014.

a. órgão	DIRETORIA			
	Proposta 2014	2013	2012	2011
b. número de membros	8	9	8	3
c. remuneração segregada em:				
i. remuneração fixa anual, segregada em:				

· Salário ou pró-labore	R\$ 3.632.950,65	R\$ 3.538.152,22	R\$ 3.410.218,14	R\$ 1.234.110,00
· benefícios diretos ou indiretos	R\$ 150.000,00	R\$ 146.921,98	R\$ 140.870,18	--
· participação em comitês		--	--	--
· outros*	R\$ 1.260.633,88	R\$ 1.184.566,73	R\$ 1.270.028,67	R\$ 734.084,88
ii. remuneração variável, segregada em:				
bônus		--	--	--
Participação nos Lucros e Resultado (PLR)	R\$ 1.200.000,00	R\$ 350.250,00	R\$ 621.407,58	--
Remuneração por participação em reuniões		--	--	--
comissões		--	--	--
outros	R\$ 120.000,00	--	--	--
iii. benefícios pós-emprego**	R\$ 10.500,00	R\$ 8.867,10	R\$ 28.511,92	--
iv. benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo		--	--	--
v. remuneração baseada em ações		--	--	--
<b>a. órgão</b>	<b>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>			
	<b>Proposta 2014</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
b. número de membros	13	13	12,37	12,33
c. remuneração segregada em:				
i. remuneração fixa anual, segregada em:				
· Salário ou pró-labore	R\$ 891.890,78	R\$ 891.890,78	R\$ 900.239,44	R\$ 871.341,52
· benefícios diretos ou indiretos	-	--	--	--
· participação em comitês	-	--	--	--
· outros*	R\$ 178.411,18	R\$ 178.592,46	R\$ 180.047,41	R\$ 174.710,12
ii. remuneração variável, segregada em:				
bônus	-	--	--	--
Participação nos Lucros e Resultado (PLR)	-	--	--	--
Remuneração por participação em reuniões	-	--	--	--
comissões	-	--	--	--
Outros (Reembolso)	R\$ 110.000,00	--	--	--
iii. benefícios pós-emprego	-	--	--	--
iv. benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	--	--	--
v. remuneração baseada em ações	-	--	--	--
<b>a. órgão</b>	<b>CONSELHO FISCAL</b>			
	<b>Proposta 2014</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
b. número de membros	5	5	5	5
c. remuneração segregada em:				
i. remuneração fixa anual, segregada em:				
· Salário ou pró-labore	R\$ 271.000,00	R\$ 230.601,00	R\$ 183.319,88	R\$ 170.377,60



· benefícios diretos ou indiretos	-	--	--	--
· participação em comitês	-	--	--	--
· outros* encargos sociais	R\$ 54.200,00	R\$ 45.939,40	R\$ 36.663,98	R\$ 34.075,65
ii. remuneração variável, segregada em:				
bônus	-	--	--	--
Participação nos Lucros e Resultado (PLR)	-	--	--	--
Remuneração por participação em reuniões	-	--	--	--
comissões	-	--	--	--
Outros (Reembolso)	R\$ 50.000,00	--	--	--
iii. benefícios pós-emprego	-	--	--	--
iv. benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	--	--	--
v. remuneração baseada em ações	-	--	--	--

\*Outros: Refere-se às despesas incorridas com Encargos Sociais.

\*Benefícios pós-emprego: Apenas para Diretores Empregados.

	ORGÃO	Proposta 2014	2013	2012	2011
d. valor, por órgão, da remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal.	Diretoria	R\$ 6.374.084,53	R\$ 5.228.758,03	R\$ 5.471.036,49	R\$ 1.968.194,88
	Cons. Administração	R\$ 1.180.301,96	R\$ 1.070.483,24	R\$ 1.080.286,85	R\$ 1.046.051,64
	Cons. Fiscal	R\$ 375.200,00	R\$ 276.540,40	R\$ 219.983,86	R\$ 204.453,25
<b>e. total da remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal.</b>		<b>R\$ 7.929.586,49</b>	<b>R\$ 6.575.781,67</b>	<b>R\$ 6.771.307,20</b>	<b>R\$ 3.218.699,77</b>

13.3 Remuneração variável do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal nos últimos três exercícios sociais da Companhia e remuneração prevista para o exercício social de 2014.

a. órgão	DIRETORIA			
	Proposta 2014	2013	2012	2011
b. número de membros	8	9	8	3
c. em relação aos bônus:				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração:	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração:	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

iii. valor previsto no plano de remuneração caso as metas fossem atingidas	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Participação nos Lucros e Resultado (PLR)	R\$ 1.200.000,00	R\$ 350.250,00	R\$ 621.407,58	--
Remuneração por participação em reuniões	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
comissões	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
outros	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
iii. benefícios pós-emprego	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
iv. benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
v. remuneração baseada em ações	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
<b>a. órgão</b>	<b>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>			
	<b>Proposta 2014</b>	2013	2012	2011
b. número de membros	13	13	12,33	12,37
c. em relação aos bônus:				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração:	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração:	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
iii. valor previsto no plano de remuneração caso as metas fossem atingidas	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Participação nos Lucros e Resultado (PLR)	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Remuneração por participação em reuniões	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
comissões	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
outros	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
iii. benefícios pós-emprego	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
iv. benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

v. remuneração baseada em ações	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
<b>a. órgão</b>	<b>CONSELHO FISCAL</b>			
	<b>Proposta 2014</b>	2013	2012	2011
b. número de membros	5	5	5	5
c. em relação aos bônus:				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração:	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração:	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
iii. valor previsto no plano de remuneração caso as metas fossem atingidas	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Participação nos Lucros e Resultado (PLR)	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Remuneração por participação em reuniões	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
comissões	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
outros	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
iii. benefícios pós-emprego	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
iv. benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
v. remuneração baseada em ações	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

#### 13.4 Plano de Opção de Ações

Não se aplica

#### 13.5 Ações detidas pelos membros da Administração da Companhia –

ACIONISTAS	AÇÕES ON QUANTIDADE	AÇÕES PN QUANTIDADE	TOTAL QUANTIDADE
DIRETORIA	0	0	0
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	5	11	15
CONSELHO FISCAL	0	0	0



13.6. Plano de Opção de Ações reconhecido nos três últimos exercícios sociais exercício das Opções

Não se aplica

13.7 Opções de Ações em aberto

Não se aplica.

13.8 Opções exercidas

Não se aplica

13.9 Informações relevantes sobre Plano de Opção de Compra de Ações

Não se aplica

13.10 Planos de previdência dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria

Planos de Previdência se aplica apenas aos Diretores Empregados da Empresa.

13.11 Remuneração Média do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal relativa aos últimos três exercícios sociais

<b>Exercício – 2013</b>	
<b>Conselho de Administração</b>	
Número de Membros	13
<b>Remuneração anual</b>	R\$ 86.719,92
Menor Remuneração Individual	R\$ 86.599,48
Maior Remuneração Individual -	R\$ 71.364,66
Valor Médio de Remuneração Individual -	
<b>Conselho Fiscal</b>	
Número de Membros	5
<b>Remuneração anual</b>	
Menor Remuneração Individual	R\$ 57.813,32
Maior Remuneração Individual	R\$ 57.813,32
Valor Médio de Remuneração Individual	R\$ 39.505,77
<b>Diretores</b>	
Número de membros	9
Menor Remuneração Individual	R\$ 670.031,86
Maior Remuneração Individual	R\$ 524.560,76
Valor Médio de Remuneração Individual	R\$ 454.194,73



<b>Exercício 2012</b>	
<b>Conselho de Administração</b>	
Número de Membros:	12,33
<b>Remuneração anual</b>	
Menor Remuneração Individual	R\$ 83.419,83
Maior Remuneração Individual	R\$ 83.419,83
Valor Médio de Remuneração Individual	R\$ 83.419,83
<b>Conselho Fiscal</b>	
Número de Membros	5
<b>Remuneração anual</b>	
Menor Remuneração Individual	R\$ 43.996,77
Maior Remuneração Individual	R\$ 43.996,77
Valor Médio de Remuneração Individual	R\$ 43.996,77
<b>Diretores</b>	
Número de membros	8
Menor Remuneração Individual	R\$ 823.926,46
Maior Remuneração Individual	R\$ 622.056,39
Valor Médio de Remuneração Individual	R\$ 665.504,69

<b>Exercício – 2011</b>	
<b>Conselho de Administração</b>	
Número de Membros:	12,37
<b>Remuneração anual</b>	
Menor Remuneração Individual	R\$ 84.563,59
Maior Remuneração Individual	R\$ 84.563,59
Valor Médio de Remuneração Individual	R\$ 84.563,59
<b>Conselho Fiscal</b>	
Número de Membros:	5
<b>Remuneração anual</b>	
Menor Remuneração Individual	R\$ 40.890,65
Maior Remuneração Individual	R\$ 40.890,65
Valor Médio de Remuneração Individual	R\$ 40.890,65
<b>Diretoria</b>	



Número de Membros:	3
<b>Remuneração anual</b>	
Menor Remuneração Individual	R\$ 641.398,27
Maior Remuneração Individual	R\$ 670.731,65
Valor Médio de Remuneração Individual	R\$ 656.064,96

13.12 Descrição dos arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para a Companhia

**Não se aplica**

13.13 Em relação aos três últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do Conselho de Administração, da Diretoria ou do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

**Não se aplica**

13.14 Em relação aos três últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

**Não se aplica**

13.15 Em relação aos três últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria ou do Conselho Fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

**Não se aplica**

13.16 Outras Informações Relevantes

**Não há**